

2537 Gente, quem já visitou um lixão, para você pegar um lixão, por exemplo, vamos
 2538 pegar um lixão, alguns exagerados que a gente tem por aí. tem 100M de altura, 3 / 4 KM de
 2539 comprimento, se você pegar isso daí e for biorremediar, as condições de contorno você não vai
 2540 conseguir nunca, então é por isso que tem que começar a pegar um lixo previamente caracterizado,
 2541 um pouco de lixo e fazer os estudos que se deve fazer, a biorremediação é uma técnica muito boa,
 2542 muito utilizada, mas ela está sendo, nesse momento ela está sendo mal, o nome está sendo mal
 2543 utilizado quando se fala em um lixão, então aqui você tem que ter contorno, condições de contorno
 2544 muito violentas, vindas dos microorganismos, e todo mundo sabe que os microorganismo atuam em
 2545 determinadas faixas disso daqui, só para dar um exemplo simples com relação a um lixão, quando
 2546 você produz gás metano significa que as metano bactérias estão atuando, elas tem uma temperatura
 2547 de operação, tem uma determinada umidade, tem um PH, tem uma série de contornos, quando você
 2548 faz compostagem de lixo é totalmente diferente os microorganismos que estão lá, eles têm a
 2549 temperatura, a umidade, uma série de coisas, isso a gente já tem, essas condições de contorno,
 2550 agora quando você vai fazer biorremediação as condições de contorno não estão ditas, não estão
 2551 estabelecidas, então a gente não sabe.

2552 Por isso que está aí, a gente tem que dar um parecer, que atualmente isso não
 2553 funciona, e a gente tem que verificar isso daí de uma forma ainda muito mais evidente para a gente
 2554 saber o que vai acontecer. Só para dar uma terminada eu vou reforçar o que eu tenho dito: se os
 2555 senhores pegarem vários trabalhos que tem na IBA dos EUA, eu trouxe um monte de reportagens,
 2556 de artigos aqui, os senhores vão ver que não existe a biorremediação lá, lá estão engatinhando com
 2557 relação à biorremediação do lixão. Agora, de outras formas, você já tem tratamento por
 2558 biorremediação nos EUA. Você pode muito bem aplicar impesticidas. No Brasil, nós já estamos
 2559 aprovando alguns trabalhos em São Paulo de pesquisadores que querem biorremediar áreas
 2560 degradadas por pesticidas. Excelente! Deve dar um trabalho muito bom. Solventes, petróleo,
 2561 gasolina, outros que estão aqui no solvente, recuperação de área degradada por postos de gasolina,
 2562 isso daí você pode aplicar bastante a biorremediação, só que a biorremediação requer condições de
 2563 contorno e determinados microorganismos que atuem naquela área e ainda bem conhecidos, com
 2564 um microbiologista bem firme para você dar as respostas para FAPESC no sentido de
 2565 biossegurança, ou então dar as respostas para o meio científico da biossegurança. A gente não tem
 2566 um trabalho que demonstre que você possa aplicar biorremediação em lixão e que esses
 2567 microorganismos vão atuar no sentido de degradar aquela matéria orgânica que está lá.

2568 Mais uma coisa só, o microorganismo não é piranha, ele não come plástico, vidro,
 2569 lata, papel, do jeito que você quiser, o microorganismo tem que ser específico para comer
 2570 determinada. Comer, desculpe o termo, eu não sou microbiologista. Não tem boca o
 2571 microorganismo, mas assim, no sentido de degradar plástico, vidro, lata, papel, papelão e estas
 2572 outras coisas aí. Então o parecer foi nesse sentido, quer dizer, eu quero que me mostrem alguma
 2573 coisa que prove o contrário.

2574 Mesmo que essa tecnologia já estivesse, a biorremediação de lixão, já estivesse
 2575 estabelecida no País, eu acho que a gente tem que ter gestão de resíduos sólidos. O Município tem
 2576 que saber se é melhor aplicar em biorremediação de lixão ou comprar um caminhão novo, ou então
 2577 aplicar na educação ambiental, começar do começo, como a gente tem que começar, então é isso,
 2578 daí é que viria a discussão. Não pode ser imposto, um Estado vai fazer biorremediação porque veio
 2579 verba de fora e não conversou com ninguém, então nesse sentido é que o Engenheiro Marcos
 2580 Carnaúba, também achei muito interessante, porque é um senhor de um Órgão de Governo, poderia
 2581 estar na panela: *"não, vamos fazer isso daí, dando certo ou não o dinheiro não é meu..."*, mas
 2582 consultou a Universidade e acho que a Universidade tem esse papel também de participar cada vez
 2583 mais e do jeito que eu vim hoje aqui, e como o Engenheiro Paulo também já falou, quero participar
 2584 cada vez mais nesse sentido da gente, não posso falar pela Universidade, mas no sentido do
 2585 profissional da Universidade chegar cada vez mais junto de fóruns de decisão como é esse daqui,

2586 de decisão, sai uma palavra dos senhores aqui e vale para o Brasil inteiro. Então eu acho muito
2587 importante isso daí.

2588 Olha, desculpe, eu, no meu plano de entender, eu fui rapidíssimo demais, mas para os
2589 senhores não, acho que cansaram de ficar me ouvindo, mas eu estou a disposição para qualquer
2590 esclarecimento.

2591 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**

2592
2593 Muito obrigado, Professor Valdir Schalch. Por gentileza, Dr. Marcos Carnaúba,
2594 vamos abrir um espaço para alguns esclarecimentos, Alguns questionamentos que os Conselheiros
2595 julguem oportunos. Por favor.

2596
2597 **Conselheiro Marcos Carnaúba (representante do Governo do Estado de Alagoas)**

2598
2599 Eu quero, há uma proposta nossa, uma Moção aprovada, solicitando do CONAMA
2600 que seja proibida a biorremediação até que seja estudada pela Câmara de Controle Ambiental. Esses
2601 projetos de biorremediação estão em andamento em cidades do Rio Grande do Sul, São Paulo, de
2602 Minas Gerais, da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Amazonas e em alguns outros Estados do País.

2603 As perguntas que fizemos ao Professor foram, resumidamente:

2604 Se a biorremediação tem reconhecimento científico em nível nacional e internacional,
2605 para os lixões claro, está escrito biorremediação de lixões, se a inoculação de bactérias modificadas
2606 para uso em lixões tem o respaldo das Normas Técnicas Brasileiras e Internacionais;

2607 Se existe a possibilidade de tais bactérias produzirem danos maiores do que os já
2608 existentes com a presença do lixão ao meio ambiente, nele inserido o Ser humano, eventual usuário
2609 de águas subterrâneas, entre outras.

2610 Vou deixar com o CONAMA a defesa que o Professor teve que fazer na Justiça, e vou
2611 deixar o parecer da RodVias Engenharia Municipal S/C Ltda. de São Paulo, endossada pelo
2612 Professor Mário Gandôla sobre o assunto.

2613
2614 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**

2615
2616 Muito obrigado, Dr. Marcos Carnaúba, por gentileza Dr.^a Rita Railda, representante
2617 das Entidades Ambientistas da Região Norte, seguida do Dr. Renato Cunha, das Entidades
2618 Ambientistas da Região Nordeste

2619
2620 **Dr.^a Rita Railda (representante das Entidades Ambientistas da região Norte)**

2621
2622 Boa tarde a todos os presentes, eu gostaria de fazer uma pergunta para o Professor Dr.
2623 Valdir: sabendo-se que a biorremediação é uma técnica de inserção de microorganismos, e que ainda
2624 não há condições de controle, que ainda não estão estabelecidas as condições de controle, se esse
2625 processo já está sendo aplicado, se não me falha a memória por uma Empresa instalada em Belo
2626 Horizonte, e que já foi aplicado inclusive em Salvador, quais são as consequências futuras que
2627 poderão trazer ao meio ambiente devido a inoculação desse microorganismo, em termos de solo, da
2628 Bacia Hidrográfica?

2629
2630 **Prof. Valdir Schalch (Engenheiro Químico da USP)**

2631
2632 Certo, até com relação ao que o Marcos tinha falado, anteriormente, essa Empresa tem
2633 utilizado os nomes de São Paulo, Caxias do Sul, mais precisamente, Salvador, mas Caxias do Sul,
2634 São Paulo, esses lugares ela não tem ido não. Tem só dito que tem ido mas não tem ido e o que você
2635 está me perguntando é o seguinte: o que a gente está fazendo hoje, por exemplo, quando você pega
2636 um lixão, você faz a recirculação do Surumi, você monitora para ver o que está acontecendo. A

2637 biorremediação de você ter microorganismos que você vai inocular nós não sabemos o que vai
 2638 acontecer, então a Empresa que está fazendo isso está partindo do final para depois vir para o
 2639 começo.

2640 Agora, o que vai acontecer particularmente em Salvador e no Recife, são dois lugares,
 2641 duas células que estão sendo estudadas e que se vai chegar à conclusão, e eu conheço as pessoas que
 2642 estão trabalhando agora lá. Essa Empresa também tem a facilidade de colocar as coisa e depois ir
 2643 embora, sem saber o resultado que deu, aconteceu assim em Caxias do Sul, aconteceu em
 2644 Americana, aconteceu numa série de lugares, e sem um resultado, sem um resultado prático, então o
 2645 que pode acontecer, o que a gente está prevendo que vai acontecer, não vai acontecer grandes
 2646 modificações com relação ao meio ambiente, porque os microorganismos que estão sendo
 2647 inoculados, eles já são microorganismos de lá, é uma tecnologia em que está sendo vendido gato por
 2648 lebre.

2649 A remediação ou a biorremediação de composto de lixo, isso daí é muito, muito
 2650 antigo. Agora, estás sendo vendido isto, e a gente não sabe o que pode acontecer, mas não deve
 2651 acontecer quase nada, porque os microorganismos estão sendo utilizados aqueles mesmos, só que
 2652 está sendo vendido como uma coisa que você está inserindo microorganismos no meio ambiente.
 2653 Acho que deu para ter essa idéia, quer dizer, está sendo vendido uma coisa que o próprio Surumi
 2654 quando você recircula já faz essa inoculação. Então você vende a peso de ouro uma tecnologia que
 2655 ela não faz aquilo que é a definição dela. Esse é que é o ponto fundamental. Esse é que é o tópico
 2656 fundamental que eu acho que eu deixei claro aí para os senhores.

2657 Não tenho nada contra a biorremediação, só que essa pessoa, não posso falar muito
 2658 assim, mas essa Empresa já tem até me cumprimentado, agora está começando, antes não me
 2659 cumprimentava, agora está me cumprimentando, porque se um dia ela vier falar que está
 2660 recirculando Surumi, isso é biorremediação, aí vai ter coisa mais feia para a gente discutir. Porque eu
 2661 fiz mestrado nisso, Doutorado nisso, a pessoa também que está falando isso também fez a mesma
 2662 coisa.

2663 Então recirculação de Surumi é uma coisa, inoculação de microorganismos, para você
 2664 acelerar processo de degradação e nisso daí você cobrar por isso, aí é que está, por ser uma
 2665 tecnologia nova, gente, percebam a seriedade de uma coisa num *fórum* desse daqui dos senhores:
 2666 quando alguém vem com uma coisa nova. vocês querem ver tudo, para saber se aquela tecnologia vai
 2667 funcionar ou não, e a biorremediação foi feita assim, teve que vir alguma pessoa de algum Órgão de
 2668 Governo e falar: "*não, vamos chamar um técnico para ver se isso daí existe ou não*". E foi isso que
 2669 aconteceu?

2670
 2671 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**

2672
 2673 Muito obrigado, Professor Dr. Valdir Schalch.

2674 Dr.^a Rita Railda, a senhora se sente respondida ?

2675 Por favor Dr. Renato Paes Cunha, representante das Entidades Ambientistas da
 2676 região Nordeste.

2677
 2678 **Conselheiro Renato P. Cunha (representante das Entidades Ambientistas da região Nordeste)**

2679
 2680 Não, era só para colocar a importância da discussão desses assuntos no CONAMA, e
 2681 como o Dr. Carnaúba disse para essa questão ser discutida na Câmara de Controle Ambiental, a
 2682 continuidade, a gente também coloca como membro da Câmara de Recursos e Saneamento, que esse
 2683 também, essa discussão se dê lá conjuntamente ou separadamente com a área de saneamento do
 2684 CONAMA que tem todo interesse de discutir isso, inclusive a gente está com um novo membro aí da
 2685 ABES hoje, o Bertoldo, que está estreando na nossa Reunião aqui hoje, então o que a gente estava
 2686 combinando em ver se agora no início do ano já consegue convocar essa Câmara e acho que um
 2687 assunto de pauta seria esse também.

2688
2689 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**
2690

2691 Muito obrigado, acho que a sugestão está acatada. Fica como missão para o Dr.
2692 Bertoldo, representante da ABES, e natural Presidente da Câmara Técnica de Recursos Hídricos e
2693 Saneamento que, por favor, assim que convocar a 1ª Reunião do ano 99, inclua a biorremediação de
2694 lixões como assunto de pauta.

2695
2696 **Prof. Valdir Schalch (Engenheiro Químico da USP)**
2697

2698 Só um momento, por favor.

2699 Eu acho que isso que foi dito também agora é muito importante. Eu acho que a
2700 Universidade tem um papel, eu tenho sentido isso nas Reuniões de Comitê, eu graças a Deus tenho a
2701 satisfação de ser o Consultor de Resíduos Sólidos lá para o Comitê de Bacia do Piracicaba, Jundiaí,
2702 Capivari, e a gente tem discutido, eu tenho dito o seguinte, os Prefeitos hoje têm ido nas discussões.
2703 Se ficar só uma discussão técnica não adianta, nós temos que envolver a parte técnica, a parte
2704 política, e ser uma política forte nisso daí, e os *fóruns* tem que ser, por exemplo, o Comitê de Bacia,
2705 Consórcio de Bacia, CONAMA que tem que participar ativamente também disso daí, e a gente está a
2706 disposição para colaborar.

2707 Eu só queria terminar, fazer um pouco de propaganda, senão a FAPESQ nunca mais
2708 me dá verba na vida. E o seguinte: nós estamos com um projeto que até algumas pessoas não gostam
2709 muito ainda disso daí, quando eu falo em lixo, porque eu vivo na área tecnológica, mas o lixo
2710 começa do começo. Se a gente não tiver uma educação para o lixo, não vai dar certo. Então o que eu
2711 quero dizer aos senhores é o seguinte, a FAPESQ deu um dinheiro até que bastante bom para nós. A
2712 FAPESQ é de pesquisas, faz pesquisas, então nós estamos fazendo um trabalho lá em São Carlos
2713 com 7 escolas, com 28 professores participando de visão integrada de Bacia Hidrográfica e Resíduos
2714 Sólidos, porque mesmo a gente sendo da área técnica, a gente acha que a gente tem que começar da
2715 criança, os professores envolvidos e a FAPESQ hoje tem uma linha de financiamento que é para a
2716 melhoria de ensino público no estado de São Paulo, as outras FAP's também podem até aderir. Uma
2717 das coisa que tem saído é que uma das novas atribuições é fazer jogos que envolvam a capacidade da
2718 criança, dela começar a pensar, e fazer com material reciclável, a reciclagem não é a 8ª Maravilha do
2719 Mundo, o melhor seria reduzir mesmo, mas o que sobra de plástico nós usamos em um joguinho que
2720 se chama *Tangram*, que é um jogo chinês e que desperta na memória das crianças essa atividade
2721 educacional. Então eu trouxe aqui, eu vou deixar com a mesa, eu não poderia trazer para todo
2722 mundo, mas eu vou deixar com a mesa, inclusive falando algumas coisas do nosso projeto e que
2723 dentro dessas coisas amarelas tem o joguinho *Tangram* que você faz o quê a tua imaginação puder
2724 desenvolver. A gente está fazendo outras coisas, esse não é fundamental do projeto. O projeto é você
2725 ter proposta metodológica para melhoria do ensino público. Gente, o que não é fácil, olha que a
2726 gente está indo nas escolas, vocês não imaginam como o negócio não é fácil, mesmo no Estado de
2727 São Paulo. Então era isso que eu queria. Eu que agradeço muito a oportunidade de estar aqui e até
2728 uma próxima oportunidade.

2729
2730 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**
2731

2732 Muito obrigado, Professor Dr. Valdir Schalch, uma salva de palmas.

2733
2734 **Prof. Valdir Schalch (Engenheiro Químico da USP)**
2735

2736 Obrigado.

2737
2738 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**

A Secretaria-Executiva do CONAMA, em nome dos nossos Conselheiros, agradece a sua participação, nos sentimos muito honrados e gostaríamos também que a sua presença não fique limitada apenas a esta participação. Nós estamos discutindo uma proposta de pleito nacional de gerenciamento de Resíduos Sólidos, e a Câmara Técnica de Saneamento e Recursos Hídricos também pode cuidar desse assunto. Esperamos contar com a sua colaboração nas futuras Reuniões das nossas Câmaras Técnicas, muito obrigado.

Com relação aos joguinhos, são 5 jogos. Depois a Secretaria promoverá um sorteio de amigo oculto, final de ano, para os Conselheiros que sobreviverem à Reunião de hoje. Muito obrigado Professor Dr. Valdir Schalch.

Chamarei agora, de acordo com a Ordem do Dia, o Dr. José Domingos Gonzales Migueis, engenheiro formado pelo Instituto Militar de Engenharia em 1977, economista também formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pós-graduado em engenharia eletrônica pela COP, tem especialização em planejamento do ciclo do combustível nuclear pelo Centro de Pesquisa Nuclear na França, uma série de outras especializações na Alemanha e também no Instituto Militar de Engenharia. Atualmente ele foi requisitado pela PETROBRAS, foi chefe da Divisão de Racionalização Energética do Departamento Nacional do Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, acompanhou o desenvolvimento do Programa de Racionalização Energética, o PROCEL e, atualmente, é coordenador de pesquisa em mudanças globais do Gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, desde 1994. Coordena a elaboração da comunicação nacional para a convenção do Quadro das Nações Unidas sobre a mudança do clima, que inclui a eventual brasileira de emissões antrópicas dos gases de efeito estufa não controlados pelo protocolo de Montreal, acompanha também todas as reuniões científicas internacionais do IPCC, do painel inter-regulamental sobre mudança do clima, bem como as negociações internacionais no âmbito da convenção do Quadro das Nações Unidas sobre mudança de clima e também coordena a implementação dos compromissos resultantes do Protocolo de Kioto.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente, desde as três últimas Reuniões anteriores, vem se utilizando da sua prerrogativa de convidar palestrantes para tratar desse assunto. Isso foi feito logo após a Reunião de Kioto, no ano passado e, a pedido dos senhores Conselheiros, hoje nós contamos aqui com a honrosa participação do Dr. Migueis, para falar um pouco da última Reunião dessa convenção que aconteceu recentemente em Bueno Aires, Argentina.

Muito obrigado, Professor Migueis. O senhor está com a palavra. Posteriormente, nós abriremos um espaço para debate e esclarecimentos. Muito obrigado.

Dr. José Domingos Gonzales Miguez

Obrigado a todos, boa tarde. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite honroso do CONAMA para participar o quê está sendo discutido na Convenção de Mudanças do Clima.

A Convenção de Mudanças do Clima é a Convenção que trata do problema do efeito estufa, como os senhores sabem. E eu vou falar especificamente sobre o resultado da Conferência que foi realizada em Buenos Aires, a 4ª Conferências das Partes. A Conferência das partes é, na verdade, como se fosse uma Reunião do condomínio, uma Reunião de todos os países. Eles anualmente se encontram para debater os problemas que estão acontecendo na Convenção, e como solucioná-los.

É importante a gente ter uma idéia do passo que foi dado agora. A Convenção foi assinada em 92, na Conferência do Rio. Em 94 ela entrou em vigor, depois que ela é assinada pelo número suficiente de países, não só assinada como ratificada pelo Congresso desses países. Em 95 ocorre a 1ª Conferência das Partes, que um dos objetivos era analisar a adequação dos compromissos e a conclusão dessa Conferência em Berlim em 95 foi que os compromissos eram inadequados e precisa ser feita uma revisão dos compromissos. Foi estabelecido um prazo de 02 anos e no final de

97, na 3ª Conferências das Partes, realizada em Kioto, no Japão, foi estabelecido, finalmente, o Protocolo de Kioto, que estabelecia metas adicionais para os países desenvolvidos. O o Protocolo de Kioto hoje já está assinado por 60 países e já começou o processo da ratificação. Temos 02 países que já ratificaram, é um processo lento, a experiência da Convenção é que o processo de assinatura e ratificação não demora 02 anos, quer dizer então que a gente espera que por volta de 99 este processo esteja mais avançado.

O Protocolo de Kioto estabeleceu, para o conjunto de países desenvolvidos, eles se comprometeram a reduzir em 5,2% na média suas emissões em relação ao ano de 90. Pela Convenção, cabe aos países desenvolvidos cumprirem as metas, eles se comprometem na Convenção a assumirem a liderança nesse processo de redução de emissões, basicamente porque aos países desenvolvidos eles reconhecem que eles tem a responsabilidade histórica pelas emissões de gases efeito estufa. Eu vou falar um pouco mais sobre a proposta que o Brasil fez mais tarde, para discussão que levou ao protocolo de Kioto, que a gente foca bastante nesse assunto.

Em relação aos países em desenvolvimento, em Kioto eles não tem compromissos quantitativos de reduções de emissões. Eles reafirmam o compromisso de avançar na implementação da Convenção, e reafirmam os compromissos existentes que eles têm no âmbito da Convenção. A idéia do Protocolo de Kioto é evitar que a situação se agrave, o que tornaria a vida insustentável na Terra, se houver um aumento de temperatura. O o que está acontecendo é que a implementação da Convenção está sendo muito lenta e na verdade os compromissos iniciais da Convenção não estão sendo cumpridos, o compromisso inicial era a estabilização por volta do ano 2000 das emissões aos níveis de 90 e a última verificação dos inventários dos países desenvolvidos está apresentando que em 95 eles já estão 11% acima dos níveis de 90, isso é, na média de todos os países desenvolvidos, os países chamados na Convenção de países do Anexo I, são os países que estão listados no anexo I da Convenção, são os países industrializados, basicamente é o CDE e os industrializados do Leste Europeu e a ex. União Soviética, então em média eles estão 11% acima dos níveis de 90, mas há países que estão cumprindo com a sua meta, porém em média o saldo é negativo.

O Brasil, para Kioto, apresentou uma proposta e a proposta se baseava no princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, que é um princípio básico da Convenção: a responsabilidade é comum porque os gases são misturados na atmosfera em cerca de 2 semanas, então não é possível individualizar um país como sendo o causador do efeito estufa, porque rapidamente os gases se misturam então é um problema global de todos os países e a gente tem que agir em conjunto. Se um país, unilateralmente, resolve tomar atitudes, em nada adianta se os outros não estão tomando nenhuma atitude, e as responsabilidades são diferenciadas no sentido que os países desenvolvidos já estão emitindo desde a Revolução Industrial e os países em desenvolvimento começam o seu processo de industrialização recentemente, por exemplo, no caso do Brasil, a gente começa na década de 50. E é um processo cumulativo o problema do efeito estufa, eu vou falar mais em seguida sobre isso.

O que é o problema da mudança do clima, o que é o problema da Convenção? Nós temos um *Site* na *Internet* para os senhores que estão acompanhando o assunto ou tenham interesse no assunto, é dentro do *Site* do MCT, www.mct.gov.br, basta colocar /clima, a gente tem acesso à toda informação do que nós estamos desenvolvendo sobre o tema no MCT.

A discussão principal da Convenção de Mudanças de Clima é como dividir o ônus pela mitigação, a idéia de mitigação é tornar menos severa a mudança de clima, e o problema é parecido como dividir a conta de um jantar: as pessoas logo querem que os outros paguem a conta e a gente não pague a nossa, ou como é muito comum nos filmes americanos aquela figura dos dois carros correndo, é o que está acontecendo mais na Convenção, dois grupos de países, um correndo contra o outro e um dizendo que a responsabilidade é do outro e o primeiro que desistir é que leva uma fama de covarde.

A estratégia na Convenção, hoje, é mais ou menos essa: esperar para ver e esperar que o outro tome a iniciativa. Basicamente, isso pode ser traduzido para os países desenvolvidos, eles

estão olhando para o futuro e dizem que as emissões dos países industrializados e não industrializados serão as mesmas por volta de 2020 e 2030, devido ao desenvolvimento dos países que não são industrializados atualmente. E eles esquecem o passado, eles olham o futuro e esquecem o passado. Enquanto que, por outro lado, os países em desenvolvimento só olham o passado, dizem que a responsabilidade é dos países industrializados por emissões da Revolução Industrial. Estão preocupados com o futuro, mas o futuro é uma coisa incerta. A gente não pode dizer que vamos ter essas emissões nessa data, então isso cria um impasse.

E a proposta brasileira tentou exatamente trabalhar em cima do impasse, tentar quebrar o impasse, que é achar uma saída intermediária. Na nossa idéia, a responsabilidade por mudar o clima deve ser baseado no princípio do poluidor pagador, e um problema sério na Convenção é o foco estar nas emissões anuais, porque é variável o que os governos têm para controlar as emissões. O foco natural seria no efeito, no aumento de temperatura, nas consequências da mudança do clima.

Numa analogia mais presente nas ações do governo relacionadas à poluição local, quando a gente pensa no problema de derramamento de ácido sulfúrico, por exemplo, na Lagoa dos Patos, isso está bem presente, o importante é a emissão. A concentração não importa, porque em algumas semanas aquela poluição vai para o oceano e se dilui. No caso de Convenção de Mudança de Clima, você olhar as emissões seria análogo a tirar uma foto num determinado instante, numa corrida de maratona e num circuito fechado, quer dizer a gente saberia, quem está na frente no momento, mas não teria nenhuma idéia do passado da corrida. Ou seja, para a gente saber exatamente qual a posição relativa de cada pessoa naquela fotografia eu teria que ter um vídeo de toda a história desde o início da corrida.

Então, o que acontece na convenção é parecido. A gente fica discutindo em termos de emissões anuais, quem são os maiores emissores anuais, quando o problema de efeito estufa é um problema cumulativo e precisaria que a gente tivesse uma noção exata de qual é a história das emissões, desde o início da Revolução Industrial. Esse conceito de emissões também gera diversos problemas na Convenção. Por exemplo, a escolha de um ano-base: todas as metas estão relativas às emissões de um ano-base. Aí começam problemas do tipo: aquele ano-base não foi bom, porque foi muito frio ou foi muito quente, então foi um ano atípico em termos de emissões. Por exemplo, se foi muito quente, teve muita seca e não teve geração hidroelétrica, esse tipo de coisa.

Por outro lado, gases têm tempo de permanência na atmosfera muito longo. Por exemplo, o CO₂ fica na atmosfera por mais de 150 anos. Agora, em Kioto, foram incluídos os gases com tempo de vida útil na atmosfera na ordem 50 mil anos, 10 mil anos, que são os perfluors carbono. Então, fica claro que o problema de emissão anual não diz muita coisa. Por que? Porque o que está na atmosfera hoje não está relacionado com a emissão de hoje, ele é o resultado da emissão de 150 anos atrás, desde a Revolução Industrial, assim como o que nós estamos emitindo hoje ele vai permanecer na atmosfera por um longo tempo, dependendo do tempo de permanência do gás na atmosfera.

Então, há necessidade de mudar esse conceito de emissões anuais. Nas discussões de Kioto ficou claro. Para fazer equivalência entre diversos gases existe um conceito dentro da Convenção que é o conceito do potencial de aquecimento global, que foi uma medida criada na literatura para tentar comparar os gases mas que têm a dificuldade que como os gases têm diferentes tempos de permanência na atmosfera, e como eles têm diferentes poderes de efeito estufa, ou seja, a capacidade deles absorverem radiação infra-vermelha é diferente, resulta que essa comparação depende de quanto tempo nós estamos falando, então esse conceito já fica prejudicado porque não é um conceito.

Falar de potencial do aquecimento global em 100 anos quando tem gases de longa vida que vão permanecer na atmosfera por mais de 50 mil anos. A proposta brasileira para Kioto ela pode ser dividida rapidamente em duas partes:

- Uma estabelece um novo critério para, ao invés de pensarmos em emissões, pensarmos em termos de aumento de temperatura; e a outra foi
- O estabelecimento de um fundo.

Em relação à primeira parte, de criar esse novo critério, não há solução estável em termos da Convenção. Em termos de uma discussão que envolva na ordem de 200 países, que não considere a responsabilidade diferenciada dos países. O que aconteceu em Kioto, por exemplo, foi um leilão em que cada país ofereceu o seu número, o quanto ele poderia reduzir, baseado em nenhum critério científico, em nenhum critério de divisão de ônus.

O processo de efeito estufa, na verdade, reflete um processo de dupla acumulação. As emissões se acumulam na atmosfera, dependendo do tempo de permanência de cada gás, tempo de decaimento dele, da vida útil na atmosfera, aumentando as concentrações e, da concentração para o aumento de temperatura, na verdade é uma acumulação do forçamento radioativo. Então, para cada nível de concentração, eu tenho uma deposição diferente de energia na superfície da Terra e, conforme essa concentração vai aumentando, essa quantidade de energia na superfície da Terra vai aumentando, e esse forçamento radioativo é em função do nível da concentração de cada gás.

Na proposta brasileira a gente estabelece um critério de atribuição de cada país, a responsabilidade pelo efeito, pela mudança do clima, baseada na série de emissões históricas e fazendo esse processo de dupla acumulação, de emissão para concentração e de concentração, através de um forçamento radioativo para aumento de temperatura. O Brasil propôs na convenção sediar um *WorkShop* agora em março, onde a gente vai trazer os especialistas em modelagem e mudança do clima, que vão ser convidados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para discutir a parte científica da proposta brasileira.

A segunda parte da proposta brasileira foi o que resultou na criação do mecanismo do desenvolvimento limpo no Protocolo de Kioto. Era de criação de um fundo. A origem dessa proposta é, basicamente: o Brasil era a contra a idéia de *joint implementation*. Por quê? A idéia de implementação conjunta partia do pressuposto que todos os países tinham limites, e os países transfeririam emissões, reduções de emissões a outros países e teriam um passivo ambiental. Eu ficaria devendo uma redução de emissão que eu tivesse transferido para um outro país. No nosso entender isso aí seria uma transferência dos ônus, de combater a mudança do clima. Os dois países deveriam ter limites em conclusão a partir do *joint implementation* e estabeleceriam rapidamente limites para o Brasil, e isso seria contra os princípios que foram cuidadosamente acordados durante a Convenção do Rio em 92. Os países desenvolvidos deveriam assumir a liderança e estariam passando esse compromisso que eles assumiram para os países de 3º Mundo. O que o Brasil propôs foi a idéia de criação de um fundo de desenvolvimento limpo, no qual os países desenvolvidos, que não atingissem suas metas, teriam que pagar uma penalidade. Essa penalidade geraria um fundo de recursos que poderia ser utilizado pelos países em desenvolvimento em projetos que reduzissem as emissões.

Primeiro, isso seria coerente com o estágio dos países em desenvolvimento que têm falta de recursos tanto financeiros, quanto tecnológicos. Então, isso permitiria um melhor desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

Em segundo, porque é dito na literatura, normalmente, que é mais barato fazer reduções de emissões em países em desenvolvimento do que nos próprios países desenvolvidos. É um fato a ser comprovado mas, dentro dessa linha, o fundo de desenvolvimento limpo seria extremamente coerente com o que está dito. Permitiria medidas suplementares. Se eles não cumprissem as metas, os países em desenvolvimento fariam medidas suplementares no sentido de cobrir o que ficou faltando da meta e, se é mais barato, ou, na verdade, o efeito líquido poderia até ser uma redução maior, e na proposta brasileira do fundo a gente pensou numa pequena parcela desse recurso que fosse utilizada para adaptação, basicamente, para permitir o envolvimento de todos os países na Convenção, porque os países pouco desenvolvidos e as pequenas ilhas insulares têm muito poucas emissões. Eles participam num processo da Convenção, mas na criação de um fundo

de desenvolvimento limpo. Eles não teriam nenhum papel, se sentiriam excluídos desse movimento e, os países mais vulneráveis, por exemplo, não têm como fazer medida de proteção.

Se a gente pensa na Holanda, por exemplo, se o nível do mar subir 1M, a Holanda simplesmente vai reforçar os *dicks*, eles têm tecnologia e recursos para fazer isso. Em contrapartida, o que se fala é que em Bangladesh 2/3 do Território vão ser alagados, provavelmente causando morte de milhões de pessoas. Então, se houver uma maneira organizada, através desse fundo de desenvolvimento limpo, de gerar recursos para ajudar os países mais vulneráveis, e uma pequena parcela desses recursos seriam destinados a isso, a gente teria um envolvimento maior de todos os países e uma efetiva implementação da Convenção.

Essa idéia do fundo de desenvolvimento limpo foi basicamente combatida pelos EUA, porque eles rejeitava a idéia de fundo pelas implicações de orçamento. Eles achavam que isso teria implicações no orçamento dos EUA, e viam a necessidade de desenvolvimento do setor privado, que todas essas ações deveriam ser comandadas pelo setor privado. Então, houve uma discussão, antecedendo a Kioto, e houve uma modificação da idéia do fundo de desenvolvimento limpo para a idéia de mecanismo de desenvolvimento limpo que tiraria essa idéia de implicação orçamentária e permitiria efetivamente um envolvimento do setor privado.

Basicamente, a idéia do mecanismo de desenvolvimento limpo que foi aprovada em Kioto. É o Art. 12 do Protocolo. É exatamente a mesma idéia essencial do fundo de desenvolvimento limpo do Brasil, só que não se fala em penalidades. Ao invés de se falar em penalidades, fala que as partes não incluídas no Anexo I, ou seja, os países em desenvolvimento, deverão ter apoio, através do mecanismo, para alcançar um desenvolvimento sustentável e contribuir para o objetivo da Convenção de estabilizar concentrações e, também servirá, esse mecanismo, para apoiar as partes incluídas no Anexo I, que são os países desenvolvidos, em atingir seu compromisso, ou o cumprimento dos compromissos de reduções, que estão estabelecidos no Art. 3 do Protocolo, que são as metas de redução.

Ou seja, ao invés de falar em penalidade, fala que vai servir para ajudar um e ajudar no cumprimento das metas pelo outro lado. Então, essa proposta, na verdade, é uma saída objetiva do impasse do jogo do *tica*, dos carros correndo um contra o outro. A gente tem uma saída negociada que os dois tentam se ajudar mutuamente para atender o objetivo da Convenção, isso ainda está em discussão. O EUA não está sinalizando que isto seja suficiente, eles continuam insistindo que tem que haver compromisso dos países em desenvolvimento, mas essa é uma negociação em contínuo desenvolvimento, inclusive dentro do próprio EUA. A idéia passa a ser que os países desenvolvidos vão comprar certificados de redução de emissões no 3º Mundo e não obrigatoriamente.

Eu tenho ouvido muito que essa idéia do mecanismo do desenvolvimento limpo é uma nova forma de *joint implementation*, não há nenhuma idéia de implementação de projeto, quer dizer, no mecanismo de desenvolvimento limpo, a gente fala em certificado de redução de emissão. O objeto vai ser a negociação do certificado de adição de emissão, por exemplo, a gente poderia ter um exemplo hipotético: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social o BNDES, ele poderia investir em projeto e sendo proprietário desse certificado de redução de emissão e vendê-lo no mercado. Então, claramente, a gente caracterizaria que não tinha nenhuma implementação conjunta. A implementação teria sido feita só a nível do Brasil.

Eu queria falar um pouco também sobre a Conferência em Buenos Aires, que foi considerada um fracasso. Isso foi vinculado pela imprensa, e eu acho que em parte essa idéia vem da contraposição com Kioto. Mas a diferença é que Kioto encerrou um ciclo de 02 anos que foi iniciado em 95 pelo processo em Berlim de estabelecer um Protocolo. Quando a gente chega em Kioto, havia uma cristalização de poucas posições, muito diferentes e bem claras, o que permite chegar a um consenso. Agora, Buenos Aires não, a gente está criando um novo processo de regulamentação do Protocolo do Kioto. Foi estabelecido um passo de 02 anos, regulamentação até 2000, até a 6ª Conferências das partes, e a experiência na Convenção é que todos os prazos são cumpridos. É um processo lento, um passo normalmente de 02 anos, mas é cumprido.

Nesse início, agora em Bueno Aires, ao contrário de Kioto, nós estamos praticamente com todas as questões em aberto. No limite, nós temos 180 posições diferentes dos diversos países e isso pode ser facilmente constatado no programa de trabalho. O programa de trabalho tem mais de cem itens a serem discutidos. Essa decisão de regulamentação dos mecanismos. A agenda de assunto a serem discutidos ela está disponível no nosso *site* também, quem tiver interesse é a decisão 7 da Conferência de Bueno Aires. Tem diversos problemas para a regulamentação. Eu vou rapidamente apresentar os principais problemas, em quatro transparências.

Os resultados de Bueno Aires basicamente importantes foram, além de estabelecer esse processo de regulamentação, foi a assinatura pelos EUA. A assinatura não é suficiente para o Protocolo entrar em vigor, porque os EUA tem que ratificar e o Congresso está sinalizando que não vai ratificar. Quer dizer, os EUA e a Rússia não ratificando têm poder de veto. O Protocolo não entra em vigor.

O plano de trabalho, por outro lado, prioriza o mecanismo de desenvolvimento limpo, que é o nosso interesse e, além de tudo, a proposta brasileira continua em discussão dentro da convenção. Ela está no Órgão Subsidiário de Assessoramento Técnico Científico. Vamos fazer esse *WorkShop* em março, e ela vem sendo discutida por outros países, vários países criaram grupos de trabalho para discutir a proposta brasileira. A parte científica, Holanda, EUA o Departamento de Energia está estudando em detalhe. A Austrália, a França, a China também criaram uma comissão para estudar a proposta brasileira e agora em Buenos Aires a gente começou a ter apoio de outros países em desenvolvimento, principalmente Bolívia, Uruguai e Filipinas e de organizações ambientalistas, o *Green Peace* e o *Nate Resource de France Council*, eles estão também apoiando a proposta brasileira, o que é importante.

Eu, rapidamente, para concluir, vou apresentar o quê vai ser discutido na regulamentação.

Bom, basicamente, o que está sendo discutido na Convenção é como regulamentar os mecanismos, são 3 os mecanismos.

O Art 6º e 17. O 6º é a implementação conjunta, e o 17 é comércio de emissões. O 7 se refere somente a países desenvolvidos, os países que estão listados no Anexo I, e o Art 6º e 12, o 6º é implementação conjunta e o 12 é um mecanismo de desenvolvimento limpo, eles se referem a mecanismos que envolvem projetos, ou seja, projetos de redução de emissão. E o Art 17 Comércio de Emissões. Na verdade, não é bem um Comércio de Emissões, mas é simplesmente um encontro de contas contábeis. É pegar um inventário de um país, um inventário de outro, somar e ver se os dois países em conjunto atingiram as metas. Por exemplo, se um país tem uma meta de 101 e outro 99 os dois somam a meta em conjunto e atendem as suas metas. Então, para a Convenção isso estaria perfeito. Não é propriamente um comércio de emissões, é um encontro de contas.

Esse Art 17 é mais complicado, se a gente ler a redação dele no Protocolo de Kioto, ela é extremamente ambígua e muito concisa, porque houve objeção da Índia durante a Reunião de Kioto, porque basicamente eles consideram que o fato de existir comércio de emissão a gente estaria implicitamente dando uma titulação aos países com direito de poluir a atmosfera, isso abriria um precedente jurídico. Eles estão muito preocupados no caso da União Soviética, da Rússia, mais propriamente Federação da Rússia, que a Federação da Rússia ela propôs, como meta, estabilizar as emissões aos níveis de 90, e por causa da transição econômica eles, em 95, já estão 30% abaixo. As estimativas é que em 98 eles já estariam 50% abaixo das emissões de 90. Então, na verdade, eles teriam direito de negociar quase 50% de suas emissões de 90, sem ter feito absolutamente nada para isso, e criando um precedente jurídico no ponto de vista da Índia.

O programa de trabalho, como eu falei, são 02 anos. As decisões deverão ser feitas na COP 6, e os resultados intermediários serão apresentados na COP 5. Basicamente, o que está se discutindo, em relação às emissões dos países desenvolvidos em 90, é na ordem de 4,5 milhões de toneladas de carbono por ano, a meta de Kioto é reduzir 5%, só que, como eu falei, em 95 já estão 11% acima, e a expectativa é que se não for feito nada até 2010 eles chegariam a 15% acima dos

níveis de 90. Então, na verdade, nós estamos falando de algo como uma redução de 20% em 2010, que é o prazo de Kioto, o que daria reduções na ordem de 900 milhões de toneladas de carbono, o que é muito, que é um esforço significativo que seria mudar a economia da ordem de 20% mais ou menos.

Como eu falei, o Art 6º e 12 dependem de projetos, então, o controle depende apenas da qualidade da certificação, auditoria e verificação dos projetos, enquanto que o Art 17, como é um encontro de contas de inventários, tem problemas como, por exemplo, a incerteza inerente aos inventários da metodologia que foi usada por cada país e esse problema de ar quente, dos países estarem na verdade abaixo das metas e não terem que fazer nada e poderem negociar essa redução que não existiu. Outro problema geral dos mecanismos é que essa medida da adaptação, porque é baseada na proposta brasileira, só está presente no Art 12, que envolve países desenvolvidos e em desenvolvimento. E aí houve uma objeção também da Índia que estaria caracterizando uma transferência Sul/Sul. Os projetos seriam feitos no Sul, teriam que ter uma parcela para adaptação. Por outro lado, como eu falei, ela permite a participação dos países que estariam excluídos do processo.

Nos Art. 6º e 17, que tratam apenas de países desenvolvidos, não há nenhuma previsão de custos para adaptação, o que implicaria que os custos de transações nos projetos do mecanismo de desenvolvimento limpo seriam maiores. Outro problema geral seria o cumprimento, se não for estabelecido nenhum mecanismo forte do cumprimento. Esse é um problema sério, porque a Convenção não tem nenhum mecanismo que estabeleça um cumprimento das metas. Apesar de os Protocolos serem documentos vinculantes legalmente, não haverá demanda por esses projetos, quer dizer, se houver um mecanismo forte de cumprimento provavelmente não vai haver nenhuma demanda para que seja feita a redução nos outros países.

Focando agora, mais especificamente, no mecanismo de desenvolvimento limpo, o propósito que está escrito no Protocolo é redução real de emissão de tal maneira que propicie o desenvolvimento sustentável. O próprio conceito de desenvolvimento sustentável vai ser diferente em cada país. A gente pode pensar, por exemplo, florestas para a Arábia Saudita não tem o mesmo significado para o Brasil né? E vai levar em conta outras prioridades ambientais, sociais e econômicas diferentes de cada país. Há também a discussão de critérios de elegibilidade, que projetos seriam elegíveis para esse mecanismo de desenvolvimento limpo.

A questão mais forte dentro da Conferência e da Convenção é a discussão de florestas. Um dos tópicos seria o desmatamento evitado. A União Européia é contra a inclusão de florestas de uma maneira geral porque no texto do Art. 12 fala apenas em redução de emissões. A floresta seria um sequestro de carbono, não seria a redução de emissão. Então, a União Européia é contra a inclusão de uma maneira geral de florestas, esse é um tema que vai ter muita controvérsia, vai ser muito debatido.

O problema é que esse mecanismo, de uma maneira geral, em particular o mecanismo de desenvolvimento limpo, eles não podem se prestar a falsidades ou problemas. Os projetos que não estejam realmente reduzindo emissões, porque na verdade o que a gente vai estar autorizando é o aumento das emissões nos países desenvolvidos, porque na medida que eles possam usar esses certificados contra o atingimento das suas metas, na verdade a cada tonelada de carbono que eles comprarem em projetos de 3º Mundo eles estariam tendo uma autorização para aumentar uma tonelada de carbono equivalente e nesse sentido cada projeto que for autorizado no mecanismo de desenvolvimento limpo, na verdade é uma autorização dos países desenvolvidos de aumentarem suas emissões.

Então, é muito perigoso que a regulamentação seja mal feita. Há uma preocupação muito grande na Convenção de como será feita a regulamentação, e isso envolve não apenas o critério de elegibilidade mas outros critérios que eu vou mostrar em seguida na parte de Metodologia e Técnica.

Outro problema é que os países estão achando, eles estão focando apenas nas emissões passadas, e como China, Índia e Brasil seriam os maiores emissores do 3º Mundo eles são vistos na Convenção como maiores beneficiários. O Brasil depois de China e Índia, pelo tamanho das emissões de China e Índia. Por outro lado, nós temos mais condições empresariais, isso poderia também ter uma vantagem em relação ao Brasil. Agora, esse enfoque está focando simplesmente as emissões passadas. Se nós pensamos que o mecanismo de desenvolvimento limpo fala nas emissões adicionais, todos os projetos de redução de emissão têm que ser adicionados aos que existem hoje.

A gente está falando de emissões futuras. Nesse sentido não está claro que os países China, Índia e Brasil, apesar de levarem mais vantagem porque têm um estoque grande em que poderiam fazer projetos de redução de emissão, os outros países também serão envolvidos, porque na verdade estamos falando de emissões adicionais, de coisas futuras. Os países africanos estão com a idéia de introduzir cotas porque eles estão com medo, eles vão ficar à margem desse processo. O Brasil tinha proposto isso na sua proposta original, mas hoje houve muita crítica no próprio Brasil e lá em Kioto, então a gente acha que vai ser difícil.

As questões em termo de metodologia: a primeira questão no CDM é que é complementaridade. Existe uma cláusula no CDM, no Art. 12, que fala que só parte das emissões têm que ser atendidas por projetos do 3º Mundo. Essa vai ser uma discussão. Qual é a parte ?, os EUA não quer que seja definido isso, que essa parte pode ser 100%, enquanto a União Européia e as pequenas ilhas querem que essa parte seja muito pequena, seria no máximo 10%. Isso é outra discussão. Adicionalidade, que está escrito no Art. 12, no nosso ver, é em termo de emissão. Mas na Convenção já se começou a falar adicionalidade financeira, projetos que tivessem lucro não seriam elegíveis para o CDM porque eles entrariam de qualquer jeito no cenário futuro. E a África já começou a falar em adicionalidade em relação à assistência financeira internacional.

Tem a discussão dos critérios. Os critérios para certificação, principalmente. Quem vai fazer a certificação? Que tipos de projetos? Como é que vai ser feita a certificação desses projetos? Provavelmente, alguns tipos de projetos, setores, vão ter prioridade na certificação, que eles teriam menos controvérsia em relação a redução de emissão. E teria o problema de critério dinâmico, como a tecnologia varia no futuro, quer dizer, a redução, se nós pegamos em relação ao estágio atual da tecnologia, é uma redução, se a tecnologia começa a variar no futuro... Um carro, por exemplo, tem uma requissência maior no futuro. Na verdade, a redução que nós estávamos falando no início do projeto pode ser menor em relação ao verificado no futuro, pelo avanço da tecnologia. Só como exemplo, o critério que vinha de base tem alguns setores que vão ser mais difíceis do que outros. No caso o Brasil, por exemplo, seria muito fácil criar uma linha de base para trocar um carro a álcool por um carro a gasolina. Quer dizer, ao contrário, um carro a gasolina para um carro a álcool, no sentido de uma tecnologia fixa. Se a gente pensar que a tecnologia dos motores pode evoluir também, já teria uma dificuldade adicional.

Agora, no caso do setor elétrico, por exemplo, é mais difícil. Qual seria a linha de base? Seria a hidrelétrica equivalente? Seria uma térmica a carvão? Uma térmica a gás? Seria um *mix* existente em cada empresa? Seria um *mix* brasileiro? Então, esse tipo de discussão está apenas começando na Convenção. Tem discussões de processo, como vai ser feito a troca de certificados pelo cumprimento das metas? qual é a parcela de recursos que vai ser destinada à adaptação? Nessa parcela, como é que ela vai ser utilizada? Quais seriam os critérios dos países mais vulneráveis? Que tipos de projetos vão ser utilizados?

E tem todo um problema institucional. Está previsto, no protocolo, um Conselho Executivo. As instituições, para gerenciar esse mecanismo de desenvolvimento limpo, teriam que ter definidas a composição, representação, constituição e funções nesse Conselho Executivo.

Em linhas gerais, esse que é o resultado de Buenos Aires. Nós criamos o processo, 02 anos para analisar o protocolo e regulamentar os mecanismos que não estão regulamentados. Vai haver agora um processo intenso de negociações nos próximos 02 anos e *WorkShop*'s, e nós estamos preparados para essa discussão. Era isso que eu queria apresentar, muito obrigado pela atenção.



3137
3138 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3139

3140 Pois não, Dr. Paulo Nogueira Neto, por gentileza.
3141

3142 **Conselheiro Paulo Nogueira Neto** (*representante da ASEMA – SP*)

3143 A Federação Russa e os EUA, se não aderirem, o Protocolo não entra em vigor. Por
3144 outro lado, tem uma multidão de iniciativas aí que estão caminhando. Então, eu queria saber se esses
3145 dois países podem para tudo ou se apesar deles se oporem se podem haver Convenções paralelas, ou
3146 se a coisa pode caminhar de alguma maneira, ou se esses dois países irão barrar tudo.
3147

3148 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3149

3150 Muito obrigado, Dr. Paulo Nogueira Neto.
3151

3152 **Dr. José Domingos Gonzales Migueis**
3153

3154 Obrigado pela pergunta, é muito importante. Na verdade, no Protocolo existem duas
3155 condições para o Protocolo entrar em vigor:

3156 Primeiro que ele seja ratificado por 55 países. Nós já temos assinatura de 60. Então,
3157 esse eu acho que não é muito problema, porque 60, possivelmente vão ratificar, inclusive o Brasil já
3158 assinou e deve ratificar.

3159 A outra condição que é mais complicada. É que o Protocolo tem que ser ratificado por
3160 países do Anexo I, países industrializados que representem 55% das emissões de CO2 no setor
3161 energético. E aí EUA e Rússia, eles representam na ordem de 53,6% dessas emissões. Então, eles
3162 tem efetivamente poder de veto. Se eles não ratificam, o Protocolo não entra em vigor. E como os
3163 EUA está sinalizando que não vai ratificá-lo, o Congresso pelo menos está sinalizando que não vai
3164 ratificar, esta é uma ameaça. A gente não sabe se a Rússia vai aderir aos EUA ou não. Por enquanto
3165 está na ameaça.

3166 Por outro lado, toda a discussão na negociação está avançando. O próprio fato de em
3167 Buenos Aires os EUA terem assinado e ter sido estabelecido um plano de ação no sentido de fazer a
3168 regulamentação dos mecanismos é positivo, porque ninguém está obstruindo a elaboração de um
3169 plano de trabalho. Então, a idéia é que nesses próximos 02 anos, até o ano 2000, seja feita,
3170 efetivamente, a discussão, e a nossa experiência é que em 2000 provavelmente toda a negociação
3171 será concluída com a regulamentação feita. Se a gente pega experiência no que aconteceu no
3172 passado, sempre os prazos são cumpridos. Isso que eu estava frisando.

3173 Agora, quando entra em vigor o Protocolo, é uma incógnita. Por exemplo, no Art. 12
3174 fala que os créditos advindos de projetos a partir do ano 2000 poderão ser utilizados contra as metas
3175 de 2010. Então, isso dá uma urgência ao mecanismo de desenvolvimento limpo, porque em todos os
3176 projetos que forem implementados até o ano 2000 a redução de emissão poderá ser contada quanto
3177 às metas dos países desenvolvidos. Por outro lado, se o protocolo entra em vigor, já cria um
3178 problema adicional de regulamentação. Se ele entrar vigor em 2003, 2006, 2008, o quê que vai
3179 acontecer com esses créditos a partir do ano 2000 que estavam previstos no Protocolo?

3180 Por enquanto ainda é muito difícil de saber, quer dizer, existe concretamente a ameaça
3181 de não entrar em vigor. Por outro lado, na prática, todos os países estão andando para regulamentar.
3182 Então, aparentemente, eu acho que vai chegar a um bom termo, mas não temos respostas definitivas
3183

3184 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3185

3186 Muito obrigado, Dr. Migueis. Mais alguma inscrição?

Então, mais uma vez, ratificando, em meu nome, em nome da Secretaria-Executiva, em nome do Ministro Gustavo Krause e dos nossos Ilustres Conselheiros, agradeço a sua valorosa participação. Que o senhor leve o agradecimento, também, para o Ministério da Ciência e Tecnologia por ter dispensado seu tempo para nós.

Dr. José Domingos Gonzales Migueis

Não, eu é que agradeço o convite em nome do Ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas. Foi um prazer estar aqui e prestar os esclarecimentos.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr. Migueis.

Dando continuidade à Ordem do Dia, vamos dar continuidade aos informes dos grupos de trabalho em curso, que estão instalados no âmbito das Câmaras Técnicas. Depois, o informe das Câmaras Técnicas que promoveram reunião durante o ano de 1998.

Eu pediria, então, a colaboração dos senhores para que os informes fossem rápidos, construtivos. E para que a gente possa ter, ainda, o momento da palavra livre, até porque temos uma série de Conselheiros que estão se despedindo por questões de mudanças políticas nos seus estados.

Então, poderíamos começar pelo Dr. Werner Zulauf e, na ordem, para ir se preparando a Câmara Técnica de Controle Ambiental, o grupo de trabalho sobre resíduos sólidos que, segundo nos informou o Dr. Shelley Carneiro, será representado pela Dr.^a Jacimara, da nossa Secretaria de Formulação de Políticas e Normas Ambientais.

Dr. Werner, por favor.

Conselheiro Werner Zulauf (representante da ANAMMA)

Ok. Senhor Presidente de trabalho, senhores Conselheiros, eu quero dar uma informação sobre uma tarefa que foi dada ao representante da ANAMMA na Câmara Técnica de Controle de relatar a questão de possíveis alternativas para o traçado do DNER para a Serra do Cafezal, o trecho da BR 116 – Régis Bittencourt, de São Paulo, na descida da Serra de São Paulo para Registro.

O assunto já foi exaustivamente debatido, tanto em Plenário quanto nas Câmaras Técnicas e nesse papel que me coube tive, pessoalmente, através do Engenheiro Mário D'lavine, que me assessorou muito nesse trabalho, o cuidado de ouvir todas as partes.

Entramos nisso como, absolutamente virgens, em termo de opinião formada, em termos de qualquer idéia pré concebida. Ouvimos atentamente as partes: DNER, e as ONG's que de uma forma muito organizada e muito atuante envolveram muitas Instituições e fizeram um trabalho extraordinário e, inclusive, eu tenho dito que gostaria de numa próxima discussão de alguma coisa importante ter a Dr.^a Leda do meu lado porque ela tem uma capacidade de mobilização extraordinária.

Mas o trabalho foi essencialmente técnico e jurídico e nós, ao final, e apenas para resumir porque o tempo é precioso nessa Casa, eu quero dizer que houve muita insistência numa alternativa: túnel de traçado que não tinha sido considerada. Não foi apresentado nenhum estudo detalhado, um estudo que desse para avaliar se essa alternativa é viável ou não. Todos os indícios, todos os indicadores e todas as pessoas consultadas, os especialistas consultados, confirmaram que é inviável essa alternativa. Portanto, ela não foi considerada.

Todas as alternativas do traçado. Registramos no relatório apenas uma como apresentando algum sinal de viabilidade. Obviamente, não houve dados suficientes para uma colocação mais conclusiva, ou seja, a de o traçado ser paralelo ao traçado atual e os penhascos serem



3237 não aterrados mas sim, a pista seria construída sob pilotis. A a referência é que na rodovia Fernão
3238 Dias esta alternativa está sendo adotada.

3239 Então, em consequência de toda essa análise, nós incluímos uma referência. Não é
3240 nem recomendação, uma referência. A existência dessa alternativa para que se for o caso o próprio
3241 DNER avalie, mas acredito que isso tudo já foi estudado, portanto não haveria como nós propormos
3242 alguma coisa.

3243 Agora, o mais importante de tudo isso, e aí sim é que eu concluo e centro as minhas
3244 conclusões, é que isto é um recurso ao CONAMA de uma decisão do CONSEMA. Gente, o
3245 CONAMA não é órgão recursal do CONSEMA. Se nós instituirmos isto por uma exceção, por um
3246 caso fortuito, estamos abrindo uma possibilidade de uma sessão, imaginem um Conselho municipal
3247 deliberando sobre um determinado assunto, aí o CONSEMA estadual passa a ser órgão recursal,
3248 depois vem para o CONAMA. Gente, nós vamos entupir a pauta do CONAMA com recursos de
3249 decisões dos Conselhos estaduais e municipais.

3250 Portanto, a conclusão contida no relatório recomenda ao Plenário que ao se manifestar
3251 proponha e decida pelo arquivamento do processo por não ser o CONAMA órgão recursal do
3252 CONSEMA. Isto nunca houve e se houver a 1ª vez nós correremos um sério risco de introduzirmos
3253 uma nova componente que a gente sabe como começa e não sabe como termina. Obrigado.

3254
3255 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3256

3257 Muito obrigado, Dr. Werner Zulauf. Com a palavra o Dr. Paulo Finotti, e em seguida
3258 nós vamos dar o encaminhamento informando que esse informe do Dr. Werner é parte do informe
3259 das ações da Câmara Técnica de Controle Ambiental.

3260
3261 **Conselheiro Paulo Finotti** (*representante suplente das Entidades Cíveis da região Sudeste*)
3262

3263 Senhores Conselheiros, mesa diretora, nós realmente continuamos com grande
3264 preocupação em relação a essa duplicação. Em primeiro lugar porque as obras estão paralisadas e,
3265 acredito, apesar da grande preocupação, principalmente com o aspecto social e aspecto de
3266 mortandade que ocorre na rodovia da morte, em estando paralisadas a possibilidade de retomadas de
3267 estudo.

3268 A Câmara Técnica de Mata Atlântica, em reunião realizada em Santa Catarina, houve
3269 por bem receber oficialmente uma *documentação dossiê* a respeito da duplicação, e levando em
3270 conta algumas coisas como:

3271 Nós não temos como Câmara Técnica, apesar de, se não me engano, eu já haver
3272 solicitado isso com o Presidente, do processo oficial do CONAMA, nós ainda não temos este
3273 conhecimento, existe um *dossiê*, esse *dossiê* que eu comentei, está em mão do Conselheiro Renato
3274 que participa da Câmara Técnica para relatar, só que não é o processo completo, por outro lado
3275 também há um aspecto importante, houve uma manifestação do IBAMA com relação ao processo,
3276 isso inclusive consta de uma cópia de Parecer do próprio relator da Câmara Técnica de Controle
3277 Ambiental, que eu tenho.

3278 Há em minhas mãos, e caso houver necessidade, eu posso apresentar aos senhores,
3279 uma Moção do coletivo do CONSEMA para inicialmente este processo permanecer no CONAMA
3280 para uma re-análise e, principalmente, levando em conta, e o próprio relator comentou da posição do
3281 Eng.º Ortis, que, inegavelmente, é uma autoridade no assunto, foi inclusive secretário de transportes
3282 do governo do estado de São Paulo, a respeito de uma possibilidade de alteração no projeto, eu, em
3283 nome da Câmara Técnica de Mata Atlântica, que é a mais interessada no assunto, porque está lá a
3284 duplicação e na última Reunião nós tivemos, na penúltima, perdão, nós tivemos oportunidade de
3285 assistir aqui, os senhores Conselheiros devem estar lembrados, da posição e da manifestação da
3286 S.O.S Mata Atlântica, uma documentação vastíssima, mostrando o que é hoje Mata Atlântica. Eu
3287 solicito vista da Câmara Técnica de Mata Atlântica ao processo.



3288
3289 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3290

3291 Muito obrigado Dr. Paulo Finotti. Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos a
3292 respeito desse assunto.

3293 Primeiro, a bem da verdade, o Dr. Paulo Finotti há de concordar, essa nova
3294 documentação que foi apresentada à Câmara Técnica da Mata Atlântica foi aceita pela Secretaria-
3295 Executiva, durante uma Reunião Ordinária, que a encaminhou à Câmara Técnica da Mata Atlântica
3296 para ser analisada;

3297 Segundo, e aí eu queria deixar bem claro que essa informação tem o caráter de deixar
3298 os senhores Conselheiros extremamente tranquilos e confortáveis para julgar o encaminhamento
3299 dessa questão, é importante se levar em conta que nenhum assunto foi tão recorrente e
3300 exaustivamente tratado, tanto no Plenário como nas Câmaras Técnicas, como esse assunto da Régis
3301 Bittencourt.

3302 Provavelmente, nós já devemos estar na 6ª ou na 5ª Reunião Ordinária onde esse
3303 assunto, de uma forma ou de outra, vem à baila. Isso, por um lado, representa a importância que este
3304 assunto tem. Por outro, também nos coloca numa situação de dar uma solução terminativa para essa
3305 questão.

3306 O assunto foi encaminhado, com novas documentações, para a Câmara Técnica de
3307 Controle Ambiental porque envolve a questão do licenciamento da rodovia. Entendo que o pedido do
3308 Conselheiro Paulo Finotti é pertinente porque a questão é na Mata Atlântica, porém, a nossa questão
3309 de encaminhamento é a seguinte:

3310 Desse assunto já foram pedidas vistas várias vezes. Ele já foi submetido à Plenário, já
3311 voltou para a Câmara Técnica. Então, eu gostaria, como é de praxe no CONAMA, colocar à votação
3312 do Plenário, para ver se o Plenário concorda ou não que este assunto vá para a Câmara Técnica de
3313 Mata Atlântica.

3314 Dr. Paulo Finotti, por favor, algum esclarecimento?
3315

3316 **Conselheiro Paulo Finotti** (*representante suplente das Entidades Cíveis da região Sudeste*)
3317

3318 As Entidades Ambientalistas cadastradas no Conselho Estadual do Meio Ambiente,
3319 elas, não apenas os representantes existentes, elas se reúnem periodicamente, particularmente, para
3320 ser sincero, na S.O.S Mata Atlântica. Então, este é o coletivo, constituído por todas essas Entidades,
3321 e mais uma vez eu torno a comentar: a Câmara Técnica de Mata Atlântica na qual eu estou na
3322 presidência a partir de agosto do corrente ano, ainda não tem o processo oficial do CONAMA. Nós
3323 temos, isto sim, um *dossiê* fornecido por uma das partes. Eu gostaria de ter todo o conjunto para uma
3324 re-análise porque, inclusive, eu já tenho alguma série de documentos que gostaria de comparar, para
3325 nós podermos finalizar este assunto.

3326
3327 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3328

3329 Está O.k. Muito obrigado.

3330 Eu mantenho o meu encaminhamento.

3331 Por favor, Dr. Werner Zulauf, com a palavra. Depois, eu gostaria de fazer uma
3332 questão de encaminhamento.

3333
3334 **Conselheiro Werner Zulauf** (*representante da ANAMMA*)
3335

3336 Com todo o respeito ao meu amigo e colega Finotti, que está ofendido comigo porque
3337 eu não o convidei para a inauguração do tratamento do Lago da Aclimação.

Acontece o seguinte, a questão, a reunião eventual, informal, de representantes de um Conselho, no caso o grupo dos Ambientalistas, com todo o respeito que eles merecem, e é assim que tem que ser feito, tem que discutir mesmo, mas eles não constituem nenhuma Entidade oficial, eles não são uma Câmara Técnica sequer do CONSEMA. Portanto, isso precisa ficar bem claro. Discussão sim, mas em instância de decisão é coisa muito mais séria.

Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)



Dr. Paulo Finotti, por favor, com a palavra.

Eu gostaria de encerrar este assunto com a sua fala e mais uma informação adicional. A bem da verdade, esse processo, na sua totalidade, já foi encaminhado ao Ministério Público Federal, para a Procuradoria da República do Estado de São Paulo, que também está tomando as suas providências com relação ao assunto.

Conselheiro Paulo Finotti (*representante suplente das Entidades Cíveis da região Sudeste*)

Dois pontos: O primeiro é exatamente este que o nosso secretário acabou de colocar, que é a presença já do Ministério Público no local.

O segundo ponto, que no momento é apenas um subsídio, talvez até legal, é exatamente o aspecto da presença do IBAMA num dos segmentos do processo. Por se tratar da transposição em uma área particular, o IBAMA foi solicitado a se pronunciar. A partir do momento que o IBAMA foi solicitado a se pronunciar, não é esse o nosso objetivo, mas eu só estou querendo lembrar, nesta condição acreditamos que cabe ao CONAMA ser o último Órgão recursal.

Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)

Muito obrigado, não vou abrir o espaço de debate nesse sentido, só gostaria de fazer os esclarecimentos.

Se o IBAMA, dentro das proposições da Resolução 237, aprovada por este egrégio Conselho ou, dentro das suas competências ou, instado pelo Ministério Público a licenciá-lo, é um dever de ofício e competência dele fazê-lo. Porém, eu mantenho ainda o meu encaminhamento.

Regimentalmente, este assunto nem deveria estar mais no Plenário. Segundo o regimento interno, o pedido de vistas tem que ser aprovado por 2/3 do plenário. Esse assunto não está na Ordem do Dia, este assunto está na Câmara Técnica de Controle Ambiental e já foi informado o relato dado.

Eu acho que é uma decisão extremamente sensível. Acho que este assunto, como disse, é recorrente. Eu gostaria de dividir com o Plenário, como sempre o fiz.

Eu gostaria de botar em regime de votação o pedido de vistas do processo referente à duplicação da rodovia Régis Bittencourt, lote Serra do Cafezal, pela Câmara Técnica de Mata Atlântica.

Nós estamos em regime de votação.

Por gentileza, quem é favorável ao pedido de vistas, por favor se manifeste.

O CONAMA já se manifestou através da Câmara Técnica de Controle Ambiental. A não ser que o Ministério Público Federal, exercendo o seu papel de fiel defensor da Lei, inste o CONAMA a tomar alguma providência.

Pois não ?

Conselheiro Paulo Finotti (*representante suplente das Entidades Cíveis da região Sudeste*)

Antes de haver a deliberação por parte da Câmara Técnica de Controle Ambiental, a Câmara Técnica de Mata Atlântica solicitou que fosse encaminhado a ela para depois podermos

3389 analisar em conjunto, como sempre o fazemos, inclusive, ontem estivemos reunidos nessa situação.
3390 No entanto, neste momento apenas a Câmara Técnica de Controle Ambiental se manifestou.

3391
3392 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3393

3394 Na verdade, então, o seu pedido não é para rever o assunto, o seu pedido é para que,
3395 não estou entendendo, por favor, a mesa não se sente esclarecida a respeito do seu pedido.

3396 O senhor, em Santa Catarina, já analisou este processo.

3397 **Conselheiro Paulo Finotti** (*representante suplente das Entidades Cíveis da região Sudeste*)
3398

3399 Em Santa Catarina eu recebi um *dossiê*, *dossiê* este de uma das partes.

3400 Eu gostaria de examinar porque a partir do momento que chegou ao CONAMA, o
3401 CONAMA deve ter providenciado dados das outras partes juntadas para ter um esclarecimento.

3402 Oficialmente, a Câmara Técnica de Mata Atlântica, que é interessada, não recebeu.

3403
3404 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3405

3406 Só existe um processo, o processo que o senhor recebeu é o processo único que corre
3407 dentro do CONAMA, inclusive é este processo que, na sua totalidade, foi providenciada cópia para
3408 ser entregue ao Ministério Público Federal, para a Procuradoria da República do Estado de São
3409 Paulo.

3410 Por gentileza.

3411
3412 **Conselheiro Renato Cunha** (*representante das Entidades Cíveis da região Nordeste*)
3413

3414 Não, o que está se pedindo apenas é que a Câmara Técnica de Mata Atlântica também
3415 analise este processo e depois possa tirar um parecer. Não é um visto ao Parecer da Câmara, é um
3416 visto ao processo para dar uma analisada. Isto é o que o Dr. Paulo Finotti está pedindo.

3417
3418 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3419

3420 Mas Dr. Renato Cunha, por favor, até me surpreende o seu encaminhamento. O
3421 senhor foi um dos Conselheiros que esteve no CONAMA e pediu vistas, oficialmente, do processo, e
3422 levou cópia da totalidade do processo.

3423
3424 **Conselheiro Renato Cunha** (*representante das Entidades Cíveis da região Nordeste*)
3425

3426 O processo eu não pedi

3427
3428 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3429

3430 Não, o senhor levou cópia de todo o processo, das partes pertinentes.

3431
3432 **Conselheiro Renato Cunha** (*representante das Entidades Cíveis da região Nordeste*)
3433

3434 Eu não! Nunca!

3435
3436 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
3437

3438 É a informação da Coordenadoria-Executiva do CONAMA

3439
3440 **Conselheiro Renato Cunha** (*representante das Entidades Cíveis da região Nordeste*)



3441
3442 Eu recebi um *dossiê*, é esse *dossiê* que é o processo ?

3443
3444 Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)

3445
3446 É esse *dossiê* que é o processo.

3447
3448 Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)

3449 Bom, então vamos submeter à votação o pedido, por parte da Câmara Técnica da
3450 Mata Atlântica, de que o processo, como um todo, com o esclarecimento que só existe um processo a
3451 respeito da duplicação da rodovia Régis Bittencourt, especial lote Serra do Cafezal, seja reanalisado
3452 pela Câmara Técnica de Mata Atlântica.

3453 Por favor, quem é favorável se manifeste. Quem é contrário? Quem se abstém?
3454 Rejeitado, com 03 abstenções.

3455 Pois não ?

3456
3457 Conselheiro Antonio Soler (*Representante das Entidades Ambientalistas da Região Sul*)

3458
3459
3460 Senhor Presidente, senhores Conselheiros, eu estava, enquanto se discutia esse pedido
3461 de vistas, analisando o regimento interno do CONAMA e no Art. 17, pelo meu entendimento, me
3462 parece que é clara a garantia de que os Conselheiros tenham acesso ao processo quando lhe é pedido
3463 vistas e que isso não deve ser submetido à votação. Então, a questão de ordem que eu faço aos
3464 senhores.

3465
3466 Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)

3467
3468 A questão é a seguinte: só pode ser feito um pedido de vistas para o processo. O
3469 processo está a disposição de qualquer Conselheiro, assim como estão à disposição também as
3470 informações a respeito do navio *bahamas*, por exemplo. Quer dizer, a qualquer Conselheiro está à
3471 disposição o processo. É um dever, inclusive, de ofício, da Lei do serviço público, que o pedido
3472 sendo feito formalmente nós devemos fornecer. O que está se votando aqui é a reanálise desse
3473 processo pela Câmara Técnica de Mata Atlântica.

3474
3475 Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)

3476
3477 Não, o processo está a disposição de qualquer Conselheiro, e no momento em que for
3478 feito o pedido o processo pode ser visto.

3479 Absolutamente. O processo continua à disposição de qualquer Conselheiro. Não só de
3480 qualquer Conselheiro como de qualquer cidadão que no serviço público fizer um pedido oficial de
3481 que quer ver o processo. Está *O.k.*?

3482 Dando continuidade aos informes.

3483 Então, eu pediria a Dr.^a Jacimara, em 5 minutos, para fazer um relato da questão sobre
3484 subsídios para pleito nacional, gerenciamento ambiental de resíduos sólidos e, posteriormente, o Dr.
3485 Sérgio Guimarães vai apresentar a reprodução de um vídeo a respeito da Hidrovia Paraná-Paraguai.

3486
3487 Dr.^a Jacimara Machado (*Secretaria de Formulação de Política*)

3488
3489 Senhoras Conselheiras, senhores Conselheiros e demais presentes boa tarde. Eu vou
3490 tentar em cinco minutos, fazer a apresentação da nossa política de gestão de resíduos sólidos, que
3491 levou 7 meses e 7 Reuniões com duração de 2 a 3 dias.

Não vou entrar nos aspectos técnicos porque acho que não é momento, acho que seria interessante a gente falar da política como um todo, este assunto ainda vai à Câmara Técnica, vai ser discutido e teremos outras oportunidades. Além disso, essa matéria também consta da Ata de Reunião de hoje, portanto, a leitura poderá ser feita posteriormente.

É preciso que se diga que esse assunto, o que motivou esse novo grupo de trabalho é justamente uma reunião onde os Conselheiros do CONAMA priorizaram uma série de temas a serem abordados e, inclusive, um deles seria a política de resíduos. Pois bem, essa política de resíduos já foi trabalhada em 1996 por um grupo de trabalho que foi coordenado também pelo IBAMA, aliás, na ocasião pelo IBAMA, e gerou então o 1º esqueleto desse documento.

É claro que esse documento contou ainda com a colaboração de diversos projetos de Lei que tramitam no congresso Nacional, além de várias outras contribuições que foram dadas ao longo do grupo e consideradas também na elaboração do projeto, que é o Projeto de Lei. O Projeto de Lei então foi elaborado num grupo de trabalho que foi criado dentro da Câmara Técnica de Controle Ambiental, foi coordenado pelo Dr. Roberto Monteiro e eu e teve a participação de 35 entidades com assento no CONAMA, sendo que todas as 75 foram convidadas. Este grupo teve uma frequência de, na média, 35 a 40 pessoas, e no total 90 pessoas, cerca de 98 pessoas puderam dar as suas contribuições, uma reunião sim, a outra não, sempre prejudicada porque, às vezes, não havia uma continuidade. Diversos convidados fora do CONAMA foram chamados e fizeram as suas apresentações, as suas defesas e as suas contribuições.

Essa proposta de Lei, esse ante-projeto de Lei incorpora, vamos dizer assim, vários capítulos, 19 capítulos, no caso.

Esses capítulos então estão divididos: Definição e Classificação, os Objetivos, os principais Princípios e Fundamentos, Diretrizes, os Instrumentos para a Lei dos programas, os Planos de Gerenciamento de Gestão de Resíduos, a Integração das ações nos diversos níveis de governo, os Instrumentos Econômicos, que é, então, um capítulo específico sobre isso, que vai gerar também um desdobramento. Existem vários capítulos relativos a cada resíduo, a cada tipologia de resíduo, então, resíduos urbanos, industriais, serviços de transporte, serviços de saúde, resíduos da atividade rural, resíduos radioativos e finalmente, então, a finalização da Lei que são as Obrigações e Responsabilidades, as Infrações e Penalidades, os Procedimentos Especiais, que se referem aos resíduos que necessitam de procedimentos especiais e as Disposições Finais.

De toda essa composição de capítulos eu vou falar de alguns que eu acho que merecem uma atenção maior, que será, vamos dizer, o grande peso dessa Legislação, e poderá nortear então o programa, essa gestão de resíduos no Brasil.

Então, basicamente, esta proposta se baseou nessa definição de resíduos, em que os resíduos teriam então, essa definição, que é a definição que já está consagrada em diversos outros documentos, que não se fez uma modificação do que já tinha sido proposto em termos de definição, se melhorou a redação, e se melhorou o entendimento do que era considerado o resíduo.

A "*Classificação dos Resíduos*", que foi primeiramente o nosso grande universo. Quais seriam os resíduos que a gente iria falar. Então, nós classificamos dessa forma: resíduos urbanos, industriais e de saúde, serviços de transportes, atividades rurais e radioativos.

"*Os Princípios*": esse Projeto de Lei se baseia nos Princípios que aí estão e que seguem essa ordem. Porquê da ordem? É importante que se diga que a não geração é aonde todo mundo quer chegar. É claro que a não geração depende de tecnologia, e é para aí que a gente tem que seguir. Não havendo essa possibilidade, se segue então essa linha de princípios. Seria a minimização, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e, finalmente, a disposição final de forma adequada e segura.

"*Os Fundamentos*": isso aqui são os principais fundamentos no corpo do anteprojeto. Existe uma série, eu apenas pinçei aqueles que são mais importantes, que seria a descentralização política administrativa, ou seja, de baixo para cima e de cima para baixo, o envolvimento desde o Governo Federal até os Governos Municipais, da comunidade enfim, a integração das ações na área

de saneamento, meio ambiente e saúde pública, isso porque 80% do nosso problema de resíduos se refere a resíduos urbanos, portanto, esses 80% tem um peso, e eles estão distribuindo as responsabilidades em diversas áreas do Governo Estadual, Federal Estadual e Municipal.

"O controle social": porque será ele o nosso grande parceiro naturalmente no estabelecimento e na aplicação dessa política, se aprovada da forma que está sendo proposta. A universalização do serviço de saúde é a questão do direito ao cidadão da coleta e transporte de resíduos urbanos.

"As Responsabilidades dos geradores": muito bem, isso aí é o princípio da corresponsabilidade, que é uma meta do Governo Federal, e eu acredito que todos os Governos: Estaduais e Municipais, de alcançar esse princípio, principalmente para parceria naturalmente da iniciativa privada.

E, finalmente, a "Responsabilidade pós-consumo", em que depende, naturalmente, da iniciativa privada, juntamente com os consumidores.

"Das Diretrizes": então as principais diretrizes também de um rol bastante grande. A gente pinçou os incentivos à não geração, começando pela não geração, a minimização, a reutilização e a reciclagem. O incentivo às parcerias do Governo com as diversas organizações, o estabelecimento de critérios para o gerenciamento de resíduos perigosos, isso também dando uma orientação e uma internalização da Convenção de Basiléia, mas aí a aplicação interna para o Brasil, a promoção de campanhas educativas e informativas já que ela se faz presente em qualquer dessas propostas que se tem a nível político.

E a recuperação dos custos totais do serviço de limpeza pública que também é um assunto que foi bastante discutido, que seria a manutenção e a sobrevivência desse tipo de serviço.

Os "Principais Instrumentos": naturalmente, eu pinçei também alguns. Eu diria aqui que os planos e os programas de gerenciamento seriam aqueles mais importantes que seriam justamente os guias para se estabelecer qual seria a destinação a ser dada pelos resíduos gerais.

A capacitação técnica, naturalmente, passa por toda essa capacitação dos técnicos e também dos Órgãos todos que vão gerenciar ou, enfim, aplicar a Lei.

Os instrumentos Econômicos é a própria, vamos dizer assim, essa questão da incorporação do valor econômico, do quantitativo econômico, a questão de resíduo.

Passa pela valorização do próprio resíduo como uma matéria-prima para futura reciclagem. A disseminação de informações, o licenciamento, o monitoramento e a fiscalização, as penalidades disciplinares e compensatórias, a educação ambiental e o apoio técnico, financeiro e a valorização dos resíduos.

O plano de gerenciamento de resíduos, então, tem como escopo, seria, foi proposto então que a gente criasse um esqueleto mínimo do que deveria conter esse plano, mas naturalmente ele poderá ser tão grande quanto o gerador, que é a sua responsabilidade. O escopo básico do plano então incorporaria os princípios que conduzam a utilização dos recursos, as ações voltadas à educação ambiental, soluções direcionadas e as responsabilidades definidas de cada área, de cada segmento.

Bom, é preciso que se diga que nesse instrumento também se colocou o quê é proibido fazer como o resíduo, seja ele da natureza que for. Então, se pinçou também dentro desse artigo, o lançamento *in natura* a céu aberto fica proibido, a queima a céu aberto também, o lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, terrenos, enfim, a infiltração no solo, sem o tratamento prévio, obviamente, e a alimentação animal, quer dizer, o uso do resíduo para alimentação animal sem que haja um tratamento prévio.

No último capítulo a gente também se refere àqueles resíduos que necessitam de todo um tratamento especial, quer dizer, um procedimento especial de gerenciamento. Desses resíduos então a gente listou pilhas, baterias e assemelhados, as lâmpadas fluorescentes, os medicamentos vencidos, os venenos domésticos, as tintas, os solventes, os pneus, óleos lubrificantes, embalagens e etc., etc., porque aos poucos a gente vai vendo, a própria tecnologia vai avançando e vão surgindo

3592 outros, então dessa lista poderá no futuro se ter outros. É também preciso que se diga que já estamos
3593 trabalhando em alguns desses resíduos que aqui foram listados quanto ao procedimento. Várias
3594 propostas de resoluções estão sendo colocadas justamente para resolver então o procedimento desses
3595 resíduos.

3596 Em última análise, então, esse é o grande, vamos dizer, o escopo desse anteprojeto de
3597 Lei e, naturalmente, esse assunto ainda vai voltar à discussão do Plenário e poderão então ser feitos
3598 todos os esclarecimentos necessários aos senhores Conselheiros, muito embora nós estejamos
3599 recebendo, inclusive, algumas contribuições. Claro que se houverem dúvidas a gente a qualquer
3600 momento poderá, através da Câmara Técnica ou, através do Roberto, que está lá no Ministério,
3601 prestar algum esclarecimento antes que essa matéria venha porventura então constar da pauta da
3602 próxima Reunião do CONAMA. Obrigada.

3603
3604 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**

3605
3606 Muito obrigado, Dr.^a Jacimara. Então, interrompendo um pouco o informe, eu pediria
3607 ao Dr. Sérgio Guimarães que fizesse as suas colocações a respeito da Hidrovia Paraná-Paraguai.

3608
3609 **Conselheiro Sérgio Guimarães (representante das Entidades civil da Região Centro-oeste)**

3610
3611 É, então, esse assunto que foi tratado na reunião passada, do Plenário do CONAMA,
3612 problema da Hidrovia Paraguai-Paraná. Trouxemos aqui uma denúncia e que não houve resposta do
3613 IBAMA. Até então, na Reunião anterior, não houve resposta do IBAMA. Eu mostrei um vídeo aqui,
3614 também na oportunidade, e o Plenário encaminhou à recém criada Câmara Técnica de Transportes
3615 para analisar o problema, houve uma Reunião, eu infelizmente não pude comparecer, quero pedir
3616 desculpas aos companheiros da Câmara Técnica, eu não pude comparecer. Na 2ª feira à tarde antes
3617 da Reunião eu comuniquei à Secretaria do CONAMA que não poderia vir, mas não me comuniquei,
3618 foi uma falha minha, não me comuniquei com a Presidente da Câmara Técnica. Poderia, na hora não
3619 me passou e não pude vir à Câmara técnica, e o lamentável é que o problema continua, não foram
3620 tomadas nenhuma providência, nenhuma providência foi tomada.

3621 Eu quero até já aqui adiantar que a Marinha se posicionou com relação ao problema
3622 através dos meios de comunicação local, de uma forma equivocada ao nosso entender. Mas eu vou
3623 passar o vídeo e depois eu sei que a Dr.^a Ieda Rizzo também vai se comunicar, vai dar um Informe da
3624 Reunião da Câmara Técnica e a gente continua debatendo o tema.

3625
3626 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**

3627
3628 Muito obrigado, Dr. Sérgio Guimarães. Havia a inscrição dos representantes do
3629 Ministério dos Transportes e do Ministério da Aeronáutica, porém, eu gostaria que a mesa fizesse
3630 um encaminhamento do assunto. Depois, vocês veriam se é pertinente, ainda, a colocação de vocês.

3631 Esse é um assunto, também, que é trazido de forma recorrente, pela 2ª vez, ao
3632 CONAMA pelas Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste. Eu gostaria de propor o
3633 seguinte encaminhamento, se os senhores concordarem, a exemplo do que aconteceu com a questão
3634 da redução da quantidade de urubus no aeroporto de Maceió.

3635 Na Reunião Extraordinária de Maceió, o Coronel Alemander fez uma apresentação
3636 exaustiva e bem fundamentada sobre a questão da segurança aeroviária. Como nós temos um
3637 compromisso institucional com uma Reunião Extraordinária, tendo em vista a urgência da
3638 necessidade do CONAMA se manifestar sobre o licenciamento veicular do ponto de vista da área
3639 ambiental, eu proporia que nessa Reunião Extraordinária, o segundo assunto de pauta fosse a questão
3640 da Hidrovia Paraná-Paraguai. Aí sim, com tranquilidade, tempo suficiente para que todos os Órgãos
3641 envolvidos, ou seja, as partes interessadas e afetadas pela questão possam, efetivamente, fazer uma
3642 esplanção e subsidiar os Conselheiros a ter uma posição também terminativa sobre esse assunto, e

sendo convidados, inclusive, membros do Governo do Estado, das Entidades Não-Governamentais, do Ministério do Transporte e todas as partes afetadas e interessadas pelo assunto.

Dr.^a Ieda Rizzo, é suficiente esse encaminhamento ou você gostaria? Por favor, então, Dr.^a Ieda Rizzo, representante do Ministério dos Transportes, na tribuna.

Conselheira Ieda Rizzo (representante do Ministério dos Transportes)



Eu concordo com o seu encaminhamento, senhor secretário. Mas ~~e~~, veja bem, esse assunto ele foi pela 1ª vez discutido na nossa Câmara e na 2ª Reunião da Câmara Técnica de Transportes. Nós tivemos um criterioso trabalho em relação a isso e infelizmente a nossa, o encaminhamento foi realmente um pouco prejudicado, em vista da ausência do representante da Organização Não Governamental. Então, tendo em vista que o Ministério dos Transportes encaminhou representante, o Ministério da Marinha, inclusive encaminhou o Capitão responsável lá, que vive na região e conhece a realidade local, o IBAMA já inclusive solicitou uma inspeção ao local.

A minha preocupação com relação a esse assunto é que a Câmara Técnica de Transporte ainda não esgotou, e não tem um Parecer conclusivo em relação a isso. Se a gente traz esse assunto a Plenário e ele não vem devidamente esclarecido, na verdade ele vai gerar mais polêmica, no meu ponto de vista, do que na verdade esclarecer. Então, a minha sugestão é que esse assunto seja novamente discutido e dessa vez aí nós gostaríamos de ter a presença da ONG e de todos os representantes. O IBAMA, inclusive, solicitou uma vistoria, uma inspeção ambiental a campo. Nós temos cópia dessa documentação aqui, e então a Câmara Técnica de Transporte faria um relato decisivo e a gente incluiria esse assunto na próxima Reunião Ordinária do CONAMA.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

As proposições são complementares, quer dizer, nós vamos ter uma Reunião da Câmara Técnica de Transportes, para tratar da questão de licenciamento, no dia 02 de fevereiro. Então, esse assunto também já pode ser colocado em pauta para a Câmara Técnica dos Transportes, preparatória à próxima Reunião Ordinária.

Conselheira Ieda Rizzo (representante do Ministério dos Transportes)

Eu não sei se essa data vai ser uma data boa para todos, porque o mês de janeiro é um mês prejudicado porque é mês de férias.

Conselheira Ieda Rizzo (representante do Ministério dos Transportes)

Pois é, então nós estamos marcando a Reunião da Câmara Técnica de Transportes para o dia 12. A gente vai ter uma pauta extensa. Agora, ficando essa coisa em aberto, se nós vamos realmente concluir um Parecer para apresentar nessa Reunião Ordinária do CONAMA. Então, é esse o encaminhamento.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Está O.k.. Fica o compromisso de se tratar desse assunto na Câmara Técnica de Transportes, seja na 1ª reunião do ano ou na 2ª reunião do ano. Quero lembrá-la, senhora Presidente da Câmara Técnica, que essas Reuniões podem ser feitas fora de Brasília se, eventualmente, houver um lugar oportuno onde possa ser feita. Lá em Cuiabá ou em qualquer outro lugar. É uma proposição.

3694 **Conselheira Ieda Rizzo** (*representante do Ministério dos Transportes*)

3695
3696 Isso era um outro encaminhamento que eu gostaria de fazer, inclusive, tendo em vista
3697 que o IBAMA solicitou uma inspeção à Região. Nós poderíamos tentar conciliar que essa Reunião
3698 da Câmara Técnica acontecesse lá no local. Então, eu acho que seria mais proveitoso e mais
3699 esclarecedor para todos se isso for realmente um consenso a gente pode marcar a próxima Reunião
3700 da Câmara Técnica de Transportes lá na Região.

3701 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

3702
3703 Muito obrigado. Coronel Alemander, por favor. Em seguida, a Conselheira Márcia.
3704 Entendo está sendo acatado, pelo Plenário, o encaminhamento da mesa no sentido de que esse
3705 assunto volte a ser discutido com mais propriedade e com mais profundidade após o parecer da
3706 Câmara Técnica de Transportes.

3707
3708 **Conselheiro Alemander Jesus Filho** (*representante do Ministério da Aeronáutica*)

3709
3710 Senhor Presidente, muito obrigado. Eu só gostaria de complementar, em relação a
3711 esse assunto, porque como foi dito, nós tivemos uma 1ª Reunião onde nós tratamos do assunto.
3712 Infelizmente, não contamos com a contribuição do nosso companheiro. Deslocamos um grupo
3713 bastante grande, a Marinha levou 2 ou 3 Oficiais, o Ministério dos Transportes levou seus técnicos, o
3714 IBAMA também esteve lá, enfim, um grupo muito grande compareceu e o assunto é bem complexo.
3715 Eu gostaria que todos pudessem estar presentes para que realmente escutassem as *nuanças* que o
3716 assunto se reveste.

3717 A título de curiosidade, só para que nós pudéssemos ilustrar, o Rio Paraguai se
3718 movimenta, ele não tem um leito pré determinado, e ele se movimenta muito, mas muito, e tem um
3719 regime de cheias e vazantes. Enfim, essa movimentação, esse regime de cheias, pelo menos foi o que
3720 nos foi apresentado, com fax's, com cartas, isso acarreta que o Rio, as partes navegáveis, elas se
3721 movimentam também e com esse regime de cheias e de altas e baixas, as partes laterais, que nós
3722 vimos num filme de talvez 30 segundos, 1 minuto ou 2, fica talvez difícil de entender ou até vamos
3723 ver apenas por um lado e nós precisamos ter a tranquilidade de fazer uma análise mais completa, não
3724 fica muito claro.

3725 A Marinha, o IBAMA, enfim, todos que estiveram lá, colocaram à disposição,
3726 inclusive, que nós fossemos, nos deslocássemos até lá, fizéssemos uma viagem pelo rio, são 1.200
3727 Km se eu não me engano, 700 numa parte mais larga e parece que 500 numa parte mais estreita.

3728 Enfim, há uma série de *nuanças*, existem normas em termos de tamanhos dos
3729 comboios que são permitidos trafegar naquela área. Naturalmente, podem haver casos de que um
3730 condutor não cumpra aquele tipo de trajeto, aquele tipo de norma. Como nós vimos nas rodovias
3731 caminhões com peso acima da talha recomendada para aquele tipo de pavimento. Enfim, há uma
3732 fiscalização mas vamos chegar a uma posição de que 1.200 Km também é difícil de ser fiscalizado.
3733 Enfim, há todo um conjunto de variáveis que precisam ser analisadas e verificadas com bastante
3734 cautela, bastante calma para que a gente possa efetivamente ter uma idéia melhor.

3735 Agora, outro aspecto que eu também acho muito importante, senhor Presidente, de a
3736 gente colocar aqui é que, só para se ter uma idéia, cada comboio desse carga, em média, em torno
3737 de 3.000 toneladas, ou seja, o que seria isso se nós colocássemos em caminhões nas nossas rodovias.
3738 Enfim, eu estou apenas dando uma idéia, vamos dizer assim, rápida sobre as *nuanças* que o assunto
3739 se reveste, sem querer chegar a qualquer idéia de julgamento, e gostaria que o nosso companheiro,
3740 que não contribuiu conosco, que nós sentimos muitíssima falta dele, nos telefone, porque muitos se
3741 deslocaram, não para mim, não para o Presidente, não para ninguém que recebesse a mensagem, e
3742 que nós tivéssemos condições de cancelar, porque foi um grupo muito grande que se deslocou, e hoje
3743 no País que nós estamos vivendo recursos são escassos e nós estamos tentando aproveitar o máximo
3744 em benefício do Meio Ambiente. Muito obrigado.

3745
3746 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**
3747

3748 Muito obrigado. Olha, eu entendo que esse assunto não foi colocado para que fossem
3749 gerados debates nem discussões. Eu acho que o assunto é uma matéria extremamente sensível. A
3750 proposição da mesa é que haverá um espaço suficiente para que se possa esclarecer todos os
3751 Conselheiros a respeito dessa matéria. Haverá uma análise preliminar da Câmara Técnica de
3752 Transportes.

3753
3754 **Dr. Sérgio Guimarães (representante da Entidade Civil da Região Centro-oeste)**
3755

3756 Quero dizer que eu concordo com o encaminhamento que foi sugerido pela mesa. Eu
3757 acho que a gente pode fazer essa Reunião da Câmara Técnica trazendo depois ao Plenário. Acho que
3758 essa idéia de fazer na região é boa, a visita *in loco* também é uma coisa razoável. Mas ao nosso
3759 companheiro da Aeronáutica, se a gente for entrar na discussão do comboio e da soja, isso é uma
3760 outra discussão, então, eu acho que sem entrar no mérito agora, acho que o encaminhamento está
3761 bom, porque no mérito nós vamos ter muitas coisas para ser discutidas.

3762
3763 **Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)**
3764

3765 Muito obrigado, Dr. Sérgio Guimarães.

3766 Dr.^a Márcia, representante do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, inclusive, a
3767 mulher revelação do ano de 98. Não poderia deixar de dar a palavra.

3768
3769 **Dr.^a Márcia (representante do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul)**
3770

3771 Eu sou ao contrário, eu tenho que baixar o microfone.

3772 Eu gostaria apenas de colocar o seguinte, nós estamos falando do Pantanal Mato
3773 Grossense, não estamos falando do Pantanal Mato Grossense de Mato Grosso, nós estamos falando
3774 Mato Grossense onde Mato Grosso do Sul também faz parte. E, evidentemente, não foi incluído o
3775 Estado Mato Grosso do Sul na Câmara Técnica de Transportes. Nós gostaríamos de fazer parte, mas
3776 não precisa necessariamente de ser membro, mas comparecer às reuniões como o Governo do
3777 Estado, porque a Hidrovia é um Projeto que atende aos dois Estados, e evidentemente, nosso Estado
3778 como fica à juzante de Mato Grosso, terá todos os resultados que estão sendo provocados ou vão ser
3779 provocados em Mato Grosso, que é ainda Mato Grosso do Sul.

3780 Eu quero deixar claro, Sérgio, uma situação que ocorreu e, a título de exemplo: há
3781 questão de 1 ano houve o início de um de projeto de draga num Canal, chamado Canal de Tamengo.
3782 Isto aí claro, fronteira Bolívia com Mato Grosso do Sul, e nós não esperamos, não nos recorremos ao
3783 CONAMA. Sérgio, simplesmente nós tomamos as nossas prerrogativas de Órgão fiscalizador e
3784 pedimos esclarecimentos e, inclusive, imediatamente constatamos, através do IBAMA, que esse
3785 procedimento tinha ocorrido de uma forma não muito correta dentro das normas ambientais e
3786 tramitou regularmente, não houve nenhum problema. Esse projeto foi licenciado de acordo com
3787 todos os critérios técnicos e, evidentemente, os senhores não devem ter tido conhecimento disso mas,
3788 inclusive, saiu também na televisão a nível de rede nacional e foi solucionada a situação e houve
3789 inclusive um trabalho de draga, já que havia necessidade de escoamento de produção da Bolívia. Ali
3790 era o único caminho possível de ser executado.

3791 Então, eu gostaria de participar, não eu especificamente, como eu estou falando em
3792 nome de um Estado, de um Governo de Estado, que o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul
3793 passasse a fazer parte, como convidado, não precisa ser como membro, para discutir esse evento que
3794 é comum a ambos os Estados, até mesmo porque o Pantanal é um espaço só. Muito obrigada.
3795

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr.^a Márcia. Está acatada a sugestão e peço a gentileza da Dr.^a Ieda Rizzo, como Presidente da Câmara Técnica de Transportes, que, por favor, inclua o Governo do Estado do Mato Grosso Sul como membro convidado da Câmara Técnica.

Passarei a palavra agora à Dr.^a Lúcia, Coordenadora, pelo Governo do Estado da Bahia, do grupo de trabalho sobre co-processamento de resíduos em fornos de clínquer.

Faço, ainda, a referência de que, assim como o grupo de trabalho sobre gerenciamento de resíduos sólidos, este grupo também está vinculado à Câmara Técnica de Controle Ambiental.

Dr.^a Lúcia (representante do Governo do Estado da Bahia)

Um bom final de tarde a todos. Em primeiro lugar, eu queria colocar que o Dr. Durval Olivieri teve que nos deixar por problemas de voo para seu retorno, mas ele próprio digitou uma mensagem, que eu vou inicialmente apresentar, para em seguida então entrar no nosso tema. Essa mensagem diz "*Feliz Natal e Feliz 1999/2000*", e eu lhe perguntei o porquê já do ano 2000, ele respondeu "*Dr.^a, temos que ser pró - ativos e nos antecipar até na felicitação do ano novo*".

E ele próprio digitou uma prece que diz "*prece simples*", inspirada em Francisco: "... *o Mestre da natureza que tem como base seria a bondade e a solidarização requisitos operacionais de quem atua em Meio Ambiente. Ó Senhor faça de mim um instrumento de sua paz, Ó Mestre faça com que eu busque mais consolar que ser consolado, compreender que ser compreendido, servir que ser servido, perdoar que ser perdoado, que seja este um dia de felicidade e que termine tão somente para iniciar uma eternidade de dias felizes de 1999, extensivos a todos os clientes do CONAMA, este grupo destemido de humildes sábios, os clientes sim o povo brasileiro*"

Transmitirei ao Dr. Durval os aplausos aqui recebidos pela mensagem que eles nos deixa.

Então, agora nós vamos iniciar, relatar o nosso trabalho na Coordenação do grupo de trabalho denominado co-processamento de resíduos em fornos de produção de clínquer. O clínquer é a matéria básica para a produção do cimento e aí então é a matéria intermediária resultando do processo de fabricação de cimento. Essa matéria é produzida num grande forno, um forno rotativo, que toda fábrica de cimento dispõe.

Hoje, nós estamos na 52ª Reunião Ordinária do CONAMA, e é um prazer falhar-lhes desse nosso trabalho. O grupo de trabalho de co-processamento de resíduos em fornos de cimento foi deliberado através da Reunião da Câmara Técnica de Controle Ambiental em 8 de junho de 98, portanto, esse ano, e nos foi dada então a Coordenação, e naquele momento eu disse para o Dr. Shelley: "*de cimento eu entendo apenas como usuária do cimento*", mas aceitamos o desafio. Um grande desafio.

Bom o objetivo desse nosso trabalho, então, é elaborar uma proposta de resolução CONAMA, visando regulamentar, a nível nacional, os procedimentos para o co-processamento de resíduos nesses fornos de clínquer.

Vou falar do panorama da indústria cimenteira no Brasil. Existem atualmente 61 unidades instaladas. Dessas, 80% estão localizadas no sul e sudeste do Brasil, nos Estados de Minas Geras, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A produção anual de cimento gira em torno de 40 milhões de toneladas/ano. O principal Estado produtor é o Estado de Minas Gerais. Os combustíveis usuais que são queimados nesses fornos de clínquer para a produção de clínquer é óleo combustível, o coque e o carvão. A temperatura desse forno varia em torno de 1400º centígrados, a temperatura da chama é maior do que 2000º centígrados, e existe uma média 02 fornos por cada indústria instalada. Então, nós temos 02 equipamentos que operam nessas fábricas nesse processo da produção. Então, são nesses fornos que nós estamos então elaborando essa proposta de norma para que parte dos resíduos possam ser então co-processados.

Atualmente, já está em processo de co-processamento a indústria de cimento Rio Branco, localizada no Estado do Paraná, a indústria Itambé, também no Paraná, Votorantim no Rio de Janeiro, Rodacim no Rio de Janeiro, Rodacim em Minas Gerais, Soicom em Minas Gerais e em Ribeirão Preto em São Paulo. São indústrias que já estão licenciadas através do licenciamento Estadual, porque já existem normas estaduais, em alguns estados. Eu vou falar dessas normas vigentes. Então, essas são as únicas empresas. Então, nós temos atualmente 07 cimenteiras já coprocessando. Atualmente, está em processo de licenciamento a Cimento Portugal, denominada SINPOR, no Estado de São Paulo.

O grupo de trabalho: nosso grupo de trabalho está constituído de 60 convidados, mas tem em média a participação de 35 membros que participam efetivamente, mas já tivemos Reuniões com 40 / 45 membros. São eles basicamente:

O Ministério do Meio Ambiente;
O Ministério da Saúde;
Os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente;
a OPAS;
a ABCP que é a Associação Brasileira de Cimento Portland;
Fabricantes;
Consultores e
Universidades.

E aqui eu queria realçar que nesse grupo nós temos a felicidade de contar com professores da USP, professores da Universidade do Estado de Minas Gerais, que tem colaborado bastante com esse trabalho, tendo em média 35 participantes por Reunião.

O nosso fluxo de trabalho, o nosso GT então, vai remeter o trabalho para a Câmara Técnica de Controle Ambiental, e a nossa premissa é em junho. Era para que isso acontecesse no mês de dezembro de 98, não foi possível embora a gente já tenha avançado bastante os trabalhos. Ao final da nossa apresentação aqui vocês verificarão quais são os poucos pontos atualmente pendentes. Foi por isso que nós não encaminhamos, mas era nossa premissa, passaria então pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e tínhamos a intenção de trazer a este Plenário hoje para uma possível apresentação já visando a sua aprovação.

O cronograma das nossas Reuniões do grupo de trabalho: nós realizamos 6 reuniões, reuniões que aconteceram a cada 20, 30 dias. A 1ª Reunião aconteceu em Salvador. Marquei numa 5ª feira, esperando que todos ficassem para 6ª, Sábado, mas me disseram "*Lúcia, por que você não marcou na 6ª?*". Muita gente não pôde ficar com a gente. Então, esta foi a 1ª Reunião, nesta 1ª Reunião nós de fato constituímos o nosso GT, identificamos as pessoas que eram imprescindíveis para nos acompanhar nesse trabalho.

A 2ª Reunião realizamos em Belo Horizonte, na Federação das Indústrias de Minas Gerais, 3ª e 4ª reuniões em São Paulo na sede da ABCP, a 5ª reunião em Brasília no IBAMA, e a 6ª reunião realizada nos dias 14 e 15 desse mês, na 2ª e na 3ª, lá no Ministério do Meio Ambiente.

E agora vamos ver o que aconteceu nessas reuniões. A 1ª Reunião, como eu disse, foi em Salvador, onde aconteceu a apresentação das Normas Estaduais preexistentes, então, hoje nós já temos 04 Estados brasileiros que já tem a norma para o co-processamento de resíduos em fornos de clínquer, e são esses os Estados: o Estado de São Paulo, através do CETESB; o Paraná, através o IAP; Minas Gerais, através da FEAM e o Rio Grande do Sul, através da FEPAM.

Este trabalho preexistente sem dúvida facilitou demais o nosso trabalho a nível nacional, porque esses documentos foram então tomados como base para a estruturação da nossa norma. Essas 4 normas preexistentes, CETESB, IAP, FEAM e FEPAM, foram compiladas no que nós chamamos de quadro comparativo, num documento que resultou em 40 páginas, Todo um comparativo, norma a norma; o quê tem de similar nas 4 normas já em vigor e o que tem de diferente, então, tudo isso foi compilado e serviu como base para o início desse trabalho. Acho que o



grande avanço para esse trabalho, sem dúvida nenhuma, se deve a esse trabalho já preexistente nos Estados.

Quero destacar aqui a grande participação e a grande colaboração, tanto da CETESB, como do IAP, como da FEAM, e como da FEPAM, nesse nosso trabalho.

A 2ª Reunião aconteceu então em Belo Horizonte. Por que Belo Horizonte? Porque Minas Gerais é o maior Estado produtor de cimento. Nessa ocasião visitamos as instalações da CiMinas, que é uma empresa do grupo Rodacim, já licenciada para realizar o co-processamento, e lá pudemos verificar mais de perto como isso se dá. Nessa Reunião então apresentamos esse quadro comparativo onde você tem as 4 normas listadas e comparadas e iniciamos a formatação da nossa norma. Essa formatação então se deu em discussões em mais 4 Reuniões subsequentes, e a cada Reunião nós íamos agregando mais dados para a composição da nossa norma que já está quase que fechada.

Os principais aspectos da nossa norma. A nossa Norma aplica-se ao licenciamento de atividades para o co-processamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer, excetuando-se os resíduos, esse é um dado muito importante, excetuando-se os resíduos domiciliares brutos. Por que domiciliares brutos? Porque nos resíduos domiciliares brutos, às vezes você tem compostos indesejáveis na forma de cimento, como baterias, pilhas, metais, que podem causar dano, entre outros venenos, os resíduos de serviço de saúde também não serão co-processados, os resíduos radioativos, explosivos, organoclorados, agrotóxicos e afins.

Então, essa norma extrai toda essa gama de resíduos que é não passível, pelo menos até o momento, de co-processamento em forma de cimento, e vocês vão me perguntar "*E sobra muito resíduo para se co-processar?*". Sobra. Principalmente borras, resinas, terra contaminada. Então, tem uma série de resíduos aí que está tendo uma destinação inadequada, que tem os fornos de cimento como um bom equipamento para essa queima. A exemplo também dos pneus, que já vem sendo co-processados em algumas unidades.

As premissas dizem o seguinte: o co-processamento de resíduos deverá atender os critérios técnicos fixados nesta norma, complementado sempre que julgado necessário pelos Órgãos Ambientais competentes, de modo a atender as peculiaridades regionais e locais. Então, nosso espírito é que essa norma seja uma norma diretiva, uma norma que sirva como um guia para todo o panorama nacional, mas ficam os Órgãos Ambientais livres para poder complementar ela no que acharem necessário, inclusive tornando-a mais restritiva, o que já é prática nos nossos Estados.

As solicitações de licença para o co-processamento de resíduos em fábricas de cimento já instaladas somente serão analisadas se estas estiverem devidamente licenciadas e ambientalmente regularizadas. Então, qualquer empreendedor que queira coprocessar, primeiro é preciso ver se a sua instalação já está previamente licenciada e não só licenciada, mas atendendo aos condicionamentos que foram fixados. Outro dado como premissa é que a quantidade de resíduo gerado e estocado, objeto do estudo de viabilidade de queima, deverá atender à condição estabelecida no plano de teste de queima, ou seja, tem que existir uma quantidade de resíduo estocado ou processado que justifique um teste de queima. Eu vou falar do teste de queima. Certas vezes você queima um resíduo e depois você verifica que aquele resíduo se comporta de tal maneira que não deveria ser co-processado e aí já se deu o acontecimento. O co-processamento de resíduos em fornos de produção de clínquer deverá ser feito de modo a garantir a manutenção da qualidade ambiental e evitar danos e riscos a saúde, atendendo aos padrões de emissão vigentes.

O produto final, que é o cimento, resultante da utilização de resíduos ou co-processamento em fornos de clínquer, não deverá agregar substâncias ou elementos em quantidade que possam afetar a saúde humana e o Meio Ambiente. No caso de clínquer e cimentos importados, estes deverão obedecer o disposto nos itens dessa norma, porque já se chega muito clínquer aqui no Brasil, oriundos de processos onde a indústria lá fora coprocessa alguns tipos de resíduos.

Critérios básicos para utilização de resíduos: são considerados para fins de co-processamento em fornos de produção de clínquer, resíduos passíveis de serem utilizados como

3945 substitutos de matéria prima ou de combustível. Essa substituição se dá numa parcela que pode
3946 variar no máximo até 30%. Então, você vai substituir, como um combustível.

3947 Usualmente, os que já estão processando fazem uma substituição de 15% do seu
3948 combustível originado. Então, não é só que vai queimar resíduo, ao resíduo ele vai agregar
3949 combustível principal complementando então o processo de queima, assegurando o atendimento às
3950 exigências técnicas e aos parâmetros que se fazem na norma, como substituto da matéria-prima. Para
3951 que o resíduo seja utilizado como substituto de matéria prima deverá apresentar características
3952 similares ao dos complementos normalmente empregados na produção de clínquer, que são os
3953 cilicatos, cidical, citricálcio.

3954 Reaproveitamento de energia: para que um resíduo possa ser utilizado como substituto
3955 de combustível, para fins de reaproveitamento de energia, desde que o ganho de energia seja
3956 comprovado através da análise do poder calorífico do mesmo, ou seja, o resíduo tem que ser
3957 comprovado que ele tem um poder calorífico que justifique então essa substituição.

3958 Alguns exemplos de resíduos que podem ser co-processados. Como substitutos de
3959 matéria-prima nós temos as borras de retífica e terras e areias contaminadas, como reaproveitamento
3960 energético, pneus e borrachas, resinas sintéticas, entre outros.

3961 O licenciamento ambiental, que é o grande espírito dessa Norma, é justamente
3962 regulamentar como que vai se dar o licenciamento ambiental para essas atividades cimenteiras. O
3963 processo de licenciamento será tecnicamente fundamentado na base dos estudos a seguir
3964 relacionados, que serão apresentados pelo interessado.

3965 Então, o primeiro estudo. Então, eu estou falando de uma indústria já devidamente
3966 licenciada e regularizada. Então, ela apresentará um estudo de viabilidade de queima, onde tem todo
3967 um processual, todo um termo de referência, onde a indústria tem que então enviar para o Órgão
3968 Ambiental, para que seja analisado se é viável ou não a queima daquele resíduo. Isso consta de
3969 vários itens que estão na nossa Norma.

3970 Aprovado esse EVQ – Estudo de Viabilidade de Queima, então a indústria apresenta o
3971 plano de teste em branco e o teste em branco. O teste em branco é: a empresa tem que fazer um teste
3972 sem co-processar resíduos, ou seja, nas condições atuais da empresa, apenas fabricando cimento,
3973 como que a empresa hoje se comporta com relação às suas emissões, então, para que ela possa co-
3974 processar vai ser verificado esse teste em branco, que já deve ter sido verificado no licenciamento
3975 ambiental anterior da indústria, mas caso seja uma indústria nova, que queira já quando da sua
3976 operação iniciar o processo de queima de co-processamento de resíduo, então tem que fazer o teste
3977 em branco, o plano tem que apresentar acompanhado desse teste.

3978 Depois, então, em seguida vem o plano de teste de queima, o denominado PTQ, onde
3979 será elaborado toda uma sistemática processual de como vai se testar uma quantidade pré fixada de
3980 resíduo para ver como que aquele resíduo se comporta. Então você faz, digamos assim, uma pré
3981 operação, um pré teste para verificar como que o resíduo vai se comportar, embora tenha todos os
3982 estudos preliminares que subsidiam se um resíduo é compatível ou não. Mas ainda assim, para que
3983 não haja erro, temos que fazer esse teste de queima. Então, depois, a empresa envia um relatório de
3984 teste de queima, tudo isso acoplado com o estudo de análise de risco, então vai com uma substancial,
3985 o licenciamento daquela atividade.

3986 Os limites de emissão: esta é a grande questão, eu acho, que de qualquer norma, é
3987 você fixar os limites de emissão. Então, é por isso que o nosso trabalho não foi concluído ainda a
3988 tempo como nós prevíamos, até esse mês, porque nesse limite de emissão está toda a essência da
3989 norma. É você garantir que os limites, são os limites que realmente devem ser fixados, e que as
3990 Empresas possam de fato atender esses limites, então, ainda tem pendentes limites para essa SOX,
3991 limites para HCL, HERP, inorgantes para classe 1, 2 e 3.

3992 Essas interrogações aqui não quer dizer não tenhamos números, nós temos uma faixa
3993 de números, mas nós não temos esses números assim devidamente acertados e consolidados no
3994 grupo de trabalho. Este grupo de trabalho, como eu falei, ele é constituído além de fabricantes, dos

Órgãos Ambientais e aqui eu ressaltar, principalmente os 4 Órgãos Ambientais que são a FEAM, a FEPAN, IAP e a CETESB, que já tem as normas preexistentes, Consultores, Professores Universitários. Nessa última Reunião tivemos uma palestra com o maior Professor de combustão no Brasil, que faz inúmeras consultorias internacionais, e ainda assim precisamos um pouco mais estudar estes limites que está nos faltando para poder complementar o nosso trabalho, de modo que o nosso trabalho só não foi concluído a tempo por conta da garantia que esses limites são realmente os limites plausíveis, tanto a nível da qualidade ambiental, da saúde humana, como a nível também de atendimento da indústria cimenteira.

Então, qual que é o nosso encaminhamento nesse momento? A norma estará disponível na *home page* do CRA, vou fazer uma propaganda, www.cra.ba.gov.br, e na *home page* do Ministério do Meio Ambiente mma.gov.br, consultem e enviem comentários. Nós vamos colocar todo um instrumental. A partir de 2ª feira essa Norma vai estar na *internet*, e ela vai estar com um programa que você alimenta diretamente as informações, ou medidas que vocês possam sugerir.

A proposta final deverá ser apresentada na 1ª Reunião do CONAMA, em 1999, esta então é a nossa premissa e esperamos que nós possamos cumprir esse prazo. Então, nós demos uma parada no nosso grupo de trabalho nos meses de janeiro e fevereiro, e a nossa próxima Reunião, a 7ª Reunião do grupo de trabalho, vai se dar possivelmente no mês de março de 99, e quem sabe encaminhar à nossa Câmara Técnica de Controle Ambiental a matéria para que possa então ser apreciada aqui no CONAMA.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr.ª Lúcia.

Dr.ª Lúcia (*representante do Governo do Estado da Bahia*)

Eu que agradeço, obrigada a todos. Quero agradecer aqui de público ao nosso Presidente da Câmara Técnica de Controle, Dr. Shelley, que nos confiou essa missão, porque como lhes disse eu não entendia nada de processo cimenteiro, tive receio de assumir essa função, quero agradecer pela oportunidade dessa experiência, quero de público agradecer a todo o grupo de trabalho, um grupo que eu sempre faço elogios, um grupo elegante, um grupo que tem as discussões, mas no final tem harmonia do grupo.

Então ficou aí, apagou a luz, mas dizendo que nós temos prazer em remeter impressos, Leis e livretos, intercambiar informações com o Estado da Bahia, o nosso *e-mail* é cra@cra.ba.gov.br, os nossos telefones e o fax. Muito obrigada. Um Feliz Natal, um Feliz 1999/2000.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr.ª Lúcia. Mais uma vez o povo baiano dando lição de vida. Aliás, a bem da verdade, a Dr.ª Lúcia tem sido, na minha pequena experiência de serviço público, que são 17 anos, talvez a pessoa mais organizada que eu já tenha visto trabalhando. Ela organiza todas as suas Atas, seus *e-mails*. Então, realmente, está de parabéns a Dr.ª Lúcia.

Eu passaria a palavra agora, para nós termos, ainda, um informe do grupo de trabalho sobre pilhas e baterias, ao Dr. José Guilherme Alves Bruno, que é o Coordenador do grupo de trabalho, que também é da Câmara Técnica de Controle Ambiental. Dr. Bruno, o nosso colaborador da Secretaria de Políticas e Normas Ambientais.

Dr. José Guilherme Alves Bruno (Secretaria de Formulação de Política e Normas Ambientais)

Bem, boa tarde a todos. Eu estou aqui na qualidade de Coordenador do grupo que está estudando a proposta de Resolução de pilhas e baterias. Nós apresentamos uma proposta que foi até contribuição da nossa Secretaria de Formulação de Políticas, ela está sendo discutida agora no grupo de trabalho e nós já fizemos duas Reuniões. A 1ª foi no 29 de setembro e a 2ª foi realizada agora no dia 02 de dezembro. Já houve bastante consenso, já adiantamos muito a questão dos artigos, são mais ou menos 18, 19 artigos.

Essa Resolução contempla, basicamente, todo tipo de pilhas e baterias que contenham em suas composições os metais pesados: nicaldimium, chumbo ácido, e mercúrio, nas suas variantes de óxido de mercúrio ou cloreto de mercúrio. Então, ela contempla não só as baterias de botão pequenas, até as industriais que contenham esses metais.

Essa Resolução também contempla a questão da propaganda, todo o fabricante e a cadeia. O que ela contempla é o seguinte: ela pega o adquirente que vai construir a cadeia, o adquirente, o comerciante, e o fabricante. Ao fabricante caberá a coleta, a reutilização, a reciclagem, o tratamento, ou a disposição final, essa se não houver possibilidade de reciclagem. Ela contempla a questão da reciclagem da bateria, ela contempla também a questão da propaganda. Como disse, o fabricante deverá ser obrigado na embalagem ou no produto a dizer qual o tipo de toxicidade que a bateria tem. Determinadas baterias, por serem muito pequenas, elas tenham que ter talvez só um ponto verde, porque elas poderão ser dispostas ou não no lixo doméstico. As baterias hoje alcalinas comuns que se usam em rádios, lanternas, elas poderão ser dispostas, porque as alcalinas já não tem nenhum teor mais de mercúrio, e as comuns amarelas, elas tem muito pouco.

Bem, além disso, nós estamos contemplando também a questão da disposição. Aqui existem, hoje, tramitando, vários Projetos de Leis Estaduais, Federais que não foram aprovados ainda, questão específica de pilhas e baterias, não foram ainda aprovados, existe hoje na comunidade Européia várias diretivas que hoje estão vigorando, e nós fizemos essa proposta abrangendo toda a questão dessas diretivas, das Legislações Federais e Estaduais. Elas contemplam essa questão toda. Bem, além disso, tem um índice mais restritivo hoje, que é o 2º índice, que é mais restritivo que o da União Européia. Inclusive, nós estamos debatendo, os fabricantes inclusive estão querendo, quer dizer, tentando ainda ver se nós conseguimos minorar questão, mas eles já parecem que consensuaram em aceitar esse índice. Porque hoje a maioria das pilhas e baterias já estão dentro do 1º índice que é 0.025. Quando for de nicaldimium e 0.025 de chumbo, e 0.2 de mercúrio.

Bem, eu acredito que a 3ª Reunião deverá ocorrer talvez em fevereiro. Eu acredito que na 3ª ou na 4ª Reunião, que pelo andamento do trabalho, que ela deva talvez estar já definida a nível do grupo de trabalho, para então ser submetida posteriormente aos Conselheiros para a Câmara Técnica, depois aos Conselheiros, para votação.

Essa Resolução também, como eu já disse, ela deve contemplar não só a questão da embalagem da publicidade, como o do produto. Elas tem um valor econômico bastante significativo, elas já são recicladas, vamos dizer, espontaneamente, pelo valor econômico que elas já tenham, não só as automotivas como as industriais. Então, já vem sendo feito isso.

Acontece que nós temos aí alguns reformadores e alguns sucateiros que trabalham com a questão da reciclagem de forma bastante, ainda, empírica e prejudicial ao Meio Ambiente. Então, existe 2 artigos, que estabelecem que deve se ater às questões hoje existentes, questão de saúde humana, questão de tratamento do afluentes, questão da filtragem, em suma, e a questão dos, como eu já disse, dos afluentes.

Eu acho que na próxima ou na 4ª Reunião a gente terá realmente uma definição, talvez, para que possamos já submeter à Câmara Técnica. Eu acho que não teria mais informações.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr. Bruno.

O Dr. Bruno pensava que a sua apresentação teria que ser feita amanhã, nós antecipamos para hoje. Ele estava participando da Reunião do Mercosul. Parabéns, Dr. Bruno. Acho que o Plenário está muito bem informado a respeito do trabalho sobre pilhas e baterias.

Então, eu chamaria agora o engenheiro Roberto Monteiro, na qualidade de Coordenador do grupo de trabalho responsável pela elaboração de uma Resolução sobre a questão dos pneus.

Eng.º Roberto Alves Monteiro (Secretaria de Formulação Política e Normas Ambientais)

Senhor Presidente, senhoras e senhores Conselheiros, boa tarde. Em primeiro lugar, esse assunto de pneus é um assunto que tem sido candente e renitente neste Plenário. Nós, inicialmente, começamos com a questão de introduzir os pneumáticos usados na Resolução CONAMA N.º 23, como item de importação proibida. Esses pneumáticos usados continuam hoje, através dessa Resolução, proibidos de serem importados para o Brasil como bens de consumo usado.

A segunda oportunidade em que a questão de pneus foi abordada neste Plenário, foi quando, por uma proposta do IBAMA, houve a possibilidade de proibição da importação de pneus recauchutados, incluídos neles os recauchutados, recapados, remoldados, que fossem proibidos de importação. A Câmara Técnica, inicialmente tendo aprovado a proposta, houve por bem solicitar que esse material fosse novamente remetido à Câmara Técnica, para aprofundamento de estudos, em função de uma série de dados novos que haviam chegado. Com esse aprofundamento de estudos, chegou-se a duas conclusões: a primeira que, por pneumáticos tidos recauchutados se caracterizarem como produtos acabados e não como resíduos, haveria um vício de origem em incluirmos esses pneumáticos recauchutados como resíduos, que é o que contempla a Resolução 23.

A Resolução 23 trata exclusivamente de resíduos perigosos. Portanto, não seria adequado essa inclusão de um produto acabado, como um resíduo. Portanto, a Câmara Técnica, na primeira etapa, em função dessa proposta do IBAMA, está examinando ou já tem um relatório pronto recomendando o arquivamento desta proposta. Mas, como segunda parte desse processo, em função desse aprofundamento realizado, ficamos com subsídios suficientes para fazer uma tentativa, uma experimentação de um procedimento ambientalmente muito mais adequado, que se reveste em princípios que se baseiam na responsabilidade de pós consumo.

Se baseia, fundamentalmente, no princípio do berço ao túmulo. Então, nós temos hoje uma produção significativa de pneus no mercado nacional, bem como de importação. Os pneumáticos fabricados no Brasil chegam na ordem de 40 milhões de unidades / ano, e esse passivo ambiental gerado por esses pneus considerados inservíveis estão cada dia mais agravando as questões ambientais no país, não só as questões ambientais, como também as questões de saúde, em função da proliferação de dengue.

O quê então nós propusemos nesse grupo? Já realizamos cerca de 5 reuniões, envolvendo os membros da Câmara Técnica de Controle Ambiental, as Entidades representadas na Câmara Técnica, bem como as Associações que representam os importadores, os fabricantes e os recauchutadores de pneus no mercado nacional. Em ajuste com eles nós chegamos a uma proposta, um escalonamento, onde gradativamente nós fossemos eliminando a quantidade de pneus inservíveis, e pneus inservíveis para nós é caracterizado como aquele pneu que não mais se presta a um processamento industrial que permita a ele uma rodagem adicional, ou seja, não pode ser mais recapado ou recauchutado, pode ser utilizado em qualquer outra atividade, digamos assim, ou reprocessamento, ou não reprocessamento, mas a questão de reciclagem, a questão de reaproveitamento energético nos fornos de co-processamento de cimento, na questão do co-processamento de cimento como substituto energético e substituto de matéria-prima.

Pois bem, esse acordo feito, nós estabelecemos um período de carência de 2 anos iniciais no sentido que a indústria nacional se adaptasse a essa nova diretriz. A partir do ano 2001, por exemplo, nós passaríamos a ter um compromisso de que em cima dos quantitativos que fossem fabricados ou importados nós teríamos um compromisso de 25% de recolhimento dos pneus

inservíveis existentes no território nacional. No ano de 2002, nós dobraríamos esse compromisso para 50% de todo o quantitativo que fosse produzido ou fabricado ou importado. Deveriam ser recolhidos e ter uma destinação final ambientalmente adequada. A partir do ano de 2003, nós atingiríamos o patamar em que para os fabricantes nacionais nós teríamos o compromisso de 100% para cada um pneu que fosse fabricado, um pneu inservível deveria ser destruído ou destinado de forma ambientalmente adequada, e para os pneus que fossem importados, aí já há um compromisso maior, um compromisso de 125% em cima dos quantitativos importados, ou em números, para 4 pneus importados, 05 seriam os inservíveis que seriam destruídos.

E, finalmente, a partir do ano de 2004, já a partir de 2003 nós estaríamos diminuindo esse nosso passivo ambiental e, finalmente, estabeleceríamos uma ótima de recolhimento no ano 2004, onde estabeleceríamos um compromisso para os fabricados no Brasil da ordem de 125% ou, para cada 4 pneus, 5 destruídos, e para os pneus importados nós estabeleceríamos um compromisso de 133%, ou seja, para cada 3 pneus importados, 4 destruídos.

Pode-se inicialmente falar: *"mas como fazer isso, se não temos tecnologia, se não temos condições de coleta ou de mercado?"*. A questão é nós iniciarmos esse procedimento. As questões de coleta: nós temos um sistema de distribuição de pneus que pode ser plenamente utilizado para esse recolhimento de pneus, e as tecnologias estão aí surgindo. Foi feita a apresentação da Dr.^a Lúcia anteriormente a mim, mostrando que um dos insumos fundamentais no processo de co-processamento são os pneumáticos usados.

Nós temos, também, plantas da PETROBRAS na exploração, na produção de óleo através de xisto betuminoso, onde o pneu entra em parcelas de 3 a 5%, substituindo a rocha, o minério que vai ser processado por pneus, e obtendo um rendimento mais acentuado de óleo e mais uma série de outras alternativas tecnológicas como agregado em massas asfálticas, dentre outros.

Então, em linhas gerais, essa é a proposta que nós estamos em finalização com o grupo de trabalho envolvendo todo o setor empresarial. Acreditamos que são questões agora meramente de filigranas finais e de ajustes finais e esperamos ver essa proposta pronta para ser discutida já na nossa próxima Reunião da Câmara Técnica, bem como na próxima Reunião do Plenário do CONAMA.

Essas eram, senhores, as informações que eu gostaria de prestar e agradecer a oportunidade desta apresentação. Muito obrigado.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr. Roberto Monteiro.

Eu gostaria de fazer um esclarecimento, quer dizer, as pessoas foram escolhidas para serem porta-voz do grupo de trabalho. No caso específico das questões de pneumáticos, por exemplo, nós tivemos a valorosa colaboração, e esperamos continuar a ter, do Conselheiro Suplente do Ministério da Aeronáutica, o biólogo Carlos, que vem relatando os processos. Então é um pouco daquele, mal comparando, como aquela vinheta que tinha *"o povo que você não vê, faz a televisão que você vê"*. Então, esse é um grupo de pessoas que a gente não está vendo, que estão construindo a Resolução que a gente vai ver e vai ter que cumprir na medida em que o Plenário aprovar esse trabalho de construção.

Eu passaria a palavra, então, ao Dr. Marlos Johny, da Secretaria de Formulação de Políticas e Normas Ambientais, que está coordenando um grupo de trabalho sobre Licenciamento Ambiental em Obras de Irrigação, da nossa Secretaria do Ministério do Meio Ambiente

Dr. Marlos Johny (Secretaria de Formulação de Políticas e Normas Ambientais)

Boa noite, como já foi dito aqui, a gente estava pensando em apresentar esse trabalho amanhã. Então, infelizmente, a gente não vai poder apresentar as transparências que tinha preparado.

A gente está trabalhando dentro do Ministério numa proposta de Resolução para a área de irrigação para facilitar o licenciamento de empreendimentos na área de irrigação. A princípio, a gente fez uma primeira proposta num trabalho interno do Ministério e, agora, a gente fez uma primeira reunião no dia 9 de dezembro. A gente convidou 14 instituições para participarem com o Ministério, a secretaria de Implementação de Políticas do Ministério e a nossa Secretaria de Formulação de Políticas, a SRH, o IBAMA, a CODEVASF, o DENOCS, a SUDENE, a Secretaria de Meio Ambiente dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, São Paulo, e a Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem.

Dia 9 a gente fez uma primeira Reunião. Esse grupo inteiro no Ministério. Tiramos uma segunda proposta, já da primeira que a gente tinha discutido dentro do Ministério, e essa segunda já foi encaminhada para esse grupo para a gente poder formular uma última versão para ser encaminhada para a Câmara de Controle Ambiental do CONAMA.

O objetivo dessa proposta de Resolução segue o que está na 237 para poder facilitar o processo de licenciamento de empreendimentos na área de irrigação. A gente recebia uma demanda muito grande dos setores de irrigação do governo, inclusive dos particulares. Quanto a isso, a gente criou um grupo interno no Ministério, discutimos essa proposta e essa primeira proposta foi discutida no dia 9, que foi esse grupo maior.

A idéia é que se passe o resultado para a Câmara de Controle Ambiental, que seja passado por um número maior de participantes para que a gente tenha opinião do país como um todo, mas a idéia a princípio é que a gente facilite o processo de licenciamento ambiental, não é criar nenhuma novidade, só é aproveitar o que tem já na 237, e especificar para a área de empreendimentos na área de irrigação. A idéia do grupo de trabalho é essa, a gente está pensando numa data para uma segunda Reunião em fevereiro. Já encaminhamos a segunda proposta que foi discutida nessa Reunião do dia 9, e para quem quiser ter acesso a essa segunda proposta que a gente discutiu é só enviar um *e-mail*, ou então, entrar em contato com o Deusdará, o Secretário-Executivo, que a gente repassa essa proposta que a gente está discutindo para a próxima Reunião de fevereiro.

É um grupo muito novo né? Foi criado há 2 meses no máximo, e essa primeira Reunião só ocorreu agora no dia 9 de dezembro. Então, o trabalho ainda está caminhando, mas a idéia é que seja levado só mais uma Reunião para que a proposta seja levada para a Câmara de Controle Ambiental, acho que na 1ª Reunião do CONAMA de março de 99. Obrigado.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr. Marlos. Parabéns pela condução do trabalho.

Aproveitando a sugestão do Dr. Durval Olivieri, que já era intenção da Secretaria-Executiva, a idéia é colocar todas essas propostas de Resoluções e versões preliminares na *home page* do CONAMA, para que as pessoas possam ter acesso e ter o conhecimento do andamento dos trabalhos.

Eram esses os informes dos grupos de trabalho a serem dados. Agora, nós passaremos aos informes das Câmaras Técnicas, facultativo aos Presidentes que estão presentes e queiram eventualmente fazer um relato das suas atividades. Então fica a palavra franqueada aos Presidentes das Câmaras Técnicas.

Eu já percebo que temos o Dr. Shelley Carneiro, Presidente da Câmara de Controle Ambiental, o Dr. Paulo Finotti, da Câmara técnica de Mata Atlântica, o Dr. Renato Paes Cunha, da Câmara Técnica de Ecoturismo e, tendo em vista que a Câmara Técnica de Uso do Solo não elegeu Presidente, eu vou inscrever o Dr. Sávio, que trabalha conosco na Secretaria de Formulação de Políticas, para fazer o relato da última Reunião.

Então, pela ordem, Dr. Shelley Carneiro, Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental, por favor.

Dr. Shelley de Carneiro (Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental)

Obrigado, Presidente. Eu acho que não tenho muito o que dizer, as pessoas disseram por mim, os grandes grupos de trabalho, disseram o que a Câmara Técnica tem feito, mas eu gostaria de fazer algumas observações muito importantes. Gostaria de dizer que o mais importante da Câmara Técnica é o que nós conseguimos, e gostaria de fazer alguns agradecimentos aqui.

O empenho desse pessoal é uma coisa que na realidade nós não podemos mostrar aos senhores, quer dizer, nós tivemos 12 Reuniões da Câmara Técnica esse ano na minha agenda. Aí na Ata, na resolução, tem 10, mas tem uma que nós fizemos e não está computada e nós fizemos uma outra extraordinária. Então, tem 12 Reuniões que nós fizemos este ano. Quer dizer, uma Reunião praticamente por mês, todas elas com a participação, esse auditório cheio, todas elas com participação.

E gostaria de dizer o seguinte, o que for apresentado é um resumo sucinto, muito sucinto dos grandes debates sobre cada um desses assuntos. Às vezes, a gente fala de um assunto muito pequeno e a gente pensa que isso não vai dar diálogo, não vai dar discussão, e aparece toda a sociedade brasileira, cada uma defendendo o seu ponto de vista, os seus interesses, e é muito importante a gente verificar como na realidade a Câmara Técnica tem participado ativamente desse processo, quer dizer, trabalhos como os que os senhores viram de fruto do diálogo, é fruto de flexibilidade, é fruto de, principalmente, conhecimento da sociedade brasileira.

Porque não são simplesmente 40, 50 pessoas que participam. O desmembramento disso, a multiplicação dessas pessoas que estão aqui representando segmentos, por exemplo, eu represento a Confederação Nacional da Indústria, isso é levado para todas as Federações das Indústrias do Brasil, tudo que está acontecendo na Câmara para que seja discutido e para que a gente possa na realidade oferecer subsídios para melhor endereço dessas problemáticas que estão sendo discutidas pelo grupo de trabalho, e assim todo mundo, todos os Ministérios, todos os Órgãos pertinentes ao assunto, vamos dizer assim, eu gostaria de dizer também, a minha felicidade de ver duas coisas que aconteceram.

Primeiro, quando nós começamos esta gestão, há 1 ano e meio com todos nós da Câmara Técnica, nós vimos a Câmara Técnica, e quando a gente fala de Câmara Técnica, se abrange quase tudo, quase tudo cai na Câmara Técnica, e é difícil com 06 pessoas que vem aqui para uma Reunião apenas, depois volta para as suas atividades, e tem outras atividades, elas não estão vivenciando este problema, elas não são profissionais muitas vezes daqueles assuntos que estão sendo tratados, dar um Parecer numa Reunião ou outra, sob assuntos que, às vezes, mexe com a sociedade brasileira como um todo. Então a importância de se colocar *stack road*, quer dizer pessoas que na realidade estejam vivenciando o problema e que possam contribuir com a sociedade brasileira para documentos mais consubstanciados, documentos que na realidade retratem o que está acontecendo naquela região e com aquele problema.

Então, a idéia de trabalhar com grupo de trabalho é exatamente chamar todos esses tecnólogos e todas as pessoas que na realidade estão interessadas em participar e dar sua contribuição, e criar um local de debate, de diálogo. E para a nossa surpresa esses debates foram muito frutíferos e trouxeram, no início certas pessoas falaram *impossível*, você tem aqui a esquerda e a direita, não vai chegar nunca num acordo, e chegaram a um acordo e houve flexibilização e muitas vezes, está aí refletido, sob consenso quase que total sob vários pontos de vista.

Por exemplo, o problema do co-processamento que foi apresentado aqui, há quantidades de problemas, cada Estado tem uma pequena característica da sua Lei, você teria de coordenar isso tudo, porque se nós não tivéssemos uma Lei nacional nós criaríamos inclusive problema de competitividade com as indústrias, nós traríamos problemas não só de competitividade, mas problemas de mercado para alguns Estados, estavam diferenciando um do outro. Então, é de muito importante a gente chegar a denominadores comuns sobre Leis que já estavam funcionando nos vários Estados, isso está acontecendo, está acontecendo sob coordenação brilhante da Lúcia, que tem coordenado brilhantemente esse trabalho. Hoje ela entende mais do que esse pessoal da

cimenteira que está aí. Está entendendo e dando aula para eles também, cresceu assustadoramente nesse assunto, e as pessoas que estão coordenando hoje, tipo Secretaria, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Indústria e Comércio que participou ativamente na Coordenação de alguns grupos, a Bahia, São Paulo, Estado de São Paulo, que participou conosco, a ANAMMA que hoje tem problemas seríssimos e tem participado conosco, hoje ele trouxe aqui um dos problemas que foi muito discutido que é a Curitiba-São Paulo, Rodovia. E a CNI da sua parte tem participado, e dado toda a cobertura para nós, estou esquecendo de alguém? Não.

E, tudo isso na realidade tem trazido os resultados, o que nós queríamos é trazer resultados, os resultados foram apresentados a alguns deles, não foi apresentado um monte, um mundo de resultados que nós apresentamos durante o ano. Qual o objetivo disso? É que isso seja mastigado pela Câmara Técnica, que as pessoas na hora de votar tenham consciência do que estão votando, e que a gente possa trazer aos senhores, que é o CONAMA que vai decidir, não somos nós da Câmara Técnica que decidimos nada, é o CONAMA, é aqui nessa Câmara que a coisa é decidida, que é votada e que parte na realidade para a parte de execução daquilo que é decidido. Mas que a gente possa trazer alguma coisa, que a gente tenha consciência que é o melhor, ou pelo menos, chega perto do melhor. E eu acho que nós temos conseguido esses resultados.

Eu queria agradecer bastante aqui, porque nada do que nós falamos aqui não teria um mínimo valor, não teria resultado nenhum, se não fosse o Ministério do Meio Ambiente. Queria de público fazer um agradecimento imenso ao Ministério do Meio Ambiente, na pessoa do Deusdará, que nos deu uma cobertura e nos deu toda a condição de que a gente pudesse na realidade executar o que foi executado pela nossa Câmara. Foram muitos trabalhos, muitas discussões, árduas discussões, mas sob um ambiente, um patamar de nível muito bom. Nunca deixamos a peteca cair a nível de baixo nível, sempre foi coordenado sob um alto nível de participação, e principalmente o que é importante, as pessoas hoje se tornaram pessoas amigas, pessoas que tem confiança uma na outra, e que aprenderam cada uma *per si* a respeitarem a outra, os seus pontos de vista, as suas diversidades, e principalmente isso foi fruto do apoio que nós tivemos por trás do Ministério do Meio Ambiente, senão nós não conseguiríamos nem sair do lugar naquilo que nós queríamos.

Gostaria de dizer que nós temos os Projetos que os senhores viram aí, nós aprovamos esse ano, e eu fiz um pequeno relato na minha casa, muito gente não fez esse relato, eu fiz porque eu anotei tudo na minha agenda, mas na minha agenda eu tenho o relato de 62 Projetos que entraram esse ano na Câmara Técnica, todos eles foram até o final e foram trazidos aqui para o CONAMA. Esses que são maiores trouxeram na realidade uma discussão maior da sociedade brasileira, estão no ponto final. Eu tenho certeza que grande parte, mais de 60% deles, nós poderemos trazer para os senhores na próxima Reunião, na 1ª Reunião do próximo ano.

Gostaria, por fim, de dizer também que nós temos mais 6 ou 7 Projetos que estão entrando para o ano que vem, são projetos importantes, todos eles com a sua importância determinada. Vão seguir as mesmas trilhas de trabalhos, o mesmo de discussão, entre eles nós falamos aqui hoje sobre a biorremediação. Nós temos um pedido de São Paulo, da CETESB, para estudar uma Lei no Brasil sobre remediação de solo, que é uma coisa importante. Isso deve entrar no próximo ano. Nós temos um Projeto hoje sobre, a pedido das ONG's, de um estudo maior sobre os problemas das grandes cidades, monitoramento das grandes cidades, valores, tetos de particulados, NOX, SOX, etc., gases poluentes em grandes cidades. Nós temos projetos para reciclagem de embalagens e reciclagem na construção civil, que estão entrando agora.

Quer dizer, nós temos os grandes projetos que começam a entrar, e nós vamos começar sem sombra de dúvida fazer um estudo da mesma maneira que foi feito, apresentando aos senhores, pedindo sugestões a todos os membros do CONAMA, que o nosso trabalho participativo, nosso trabalho é para a sociedade brasileira, não é nosso, é na realidade um grande trabalho que mexe com a sociedade brasileira, e é isso que nós queremos, e no final das contas, mesmo se a gente errar eles não vão falar: *"isso aqui é um absurdo!"*, mas, *"não é o melhor, mas é o possível dentro de uma negociação democrática, o mais possível"*.

Gostaria de, antes de encerrar, dizer que tem uma pequena observação do Ministério da Saúde no documento que os senhores receberam hoje, fazendo uma crítica, e eu gostaria apenas não de ficar dando satisfação. Crítica natural façam a vontade, nós estamos aí para receber críticas e tentar melhorar com as críticas. É isso que nós ganhamos na crítica, mas gostaria de dizer o seguinte: É muito difícil, às vezes nós chegamos aqui 9:00hs. da manhã numa Reunião e já saímos daqui meia-noite, trabalhando, várias vezes saímos daqui, todo mundo discutindo, e fazendo os trabalhos para vocês verem aqui com todo o grupo, discutindo, tentando lapidar arestas e tentando trazer na realidade o melhor possível. E às vezes, a gente cansa também, nós somos humanos, e chega 17:00hs., muitas vezes nós estamos cansados, e as pessoas aqui que na realidade participam, são os nossos Conselheiros, merecem o nosso respeito e na realidade muitas vezes vem a ser 9:00, 10:00hs. da manhã e tem voo marcado, tem que sair, nós não podemos ir na realidade muito além do tempo que nós temos, mesmo porque nós precisamos de ter um número mínimo de pessoas para votação.

Então, muitas vezes, a nossa Câmara se caracterizou em ouvir todas as pessoas, ouvimos, quase todo mundo teve o seu tempo. É lógico que, como Presidente, às vezes eu sou um pouco antipático, corto palavra, porque tem muita gente querendo falar e se a gente for ouvir todo mundo fazendo discurso nós nunca vamos acabar e vamos na realidade estar desrespeitando outras pessoas que tem o direito de falar também, então nós procuramos dar um tempo mais ou menos acessível a todo mundo.

Gostaria de dizer ao Ministério que a nossa Câmara vai estar sempre de portas abertas e sempre estará de portas abertas ao Ministério e a contribuição deles é muito grande. Queria dizer também que eu sei da importância da dengue e eu participo, em Minas, na Prefeitura de Belo Horizonte, de um grande grupo de combate à dengue. Então, eu estou muito por dentro, junto à conjuntura empresarial, ao combate aos pneus, eu estou por dentro de, participativamente, pela sociedade em Minas Gerais, em Belo Horizonte, desse problema.

Gostaria de dizer e defender um pouco o nosso companheiro Roberto e agradecer o trabalho que ele vem tendo com a Câmara. É muito difícil, ele veste a camisa, ele parece que está vivendo o problema. As pessoas são diferentes. Eu sou um pouco mineiro, um pouco mais calmo, pareço calmo, não sou tão calmo, mas o Roberto é mais enfático. Ele vive o problema como se tivesse e é disso que nós precisamos. Cada pessoa da sua maneira de colocar, mas nunca de agredir as pessoas. Ele não faz isso, ele luta enfaticamente por aquilo que ele acredita como todos aqui fazem e tem direito de fazer em absoluto. Poderíamos criticar o Roberto por ter sido enfático no momento de discussão lá fora e não é isso que nós vamos criticar uma pessoa. Está dentro do nosso contexto e nós vamos incentivar que isso aconteça.

Não há agressão nenhuma, não há desrespeito e nunca houve desrespeito. Há a discussão enfática sob temas que estão sendo discutidos aqui e as pessoas colocam. Então, continua havendo é liberdade total na nossa câmara. Como sempre foi dado vamos continuar dando. Gostaríamos de agradecer a todos, e dizer a minha satisfação, de trabalhar hoje com tanta gente que hoje são minhas amigas e que eu aprendi a gostar aqui, um bom Natal para todos vocês e muito obrigado.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Obrigado, Dr. Shelley. Dr. Paulo Finotti, Presidente da Câmara Técnica da Mata Atlântica, seguido do Dr. Renato Cunha, Presidente da Câmara Técnica de Ecoturismo.

Conselheiro Paulo Finotti (representante suplente das Entidades Cívicas da Região Sudeste)

Em primeiro lugar, aproveitando o gancho oferecido pelo Shelley: eu venho trabalhando com o Dr. Roberto desde que estou aqui nesta casa e nós sabemos da paixão que ele tem e da forma passional que ele se envolve nos problemas de meio ambiente, não é verdade, Dr. Lúcia?

Ela também sabe disso. Pois bem, então acredito que haja qualquer mal entendido na colocação que houve, e eu, Dr. Roberto, eu não estive presente mas eu sei que o senhor deve ter se manifestado com aquela paixão que sempre se manifestou e inclusive que é em determinadas reuniões objeto da nossa expectativa para que no momento em que ele fica com aquele arrebatamento nós aproveitarmos para fazermos uma pequena brincadeira com ele e, isso é normal, então é isso que eu queria colocar com relação a esse aspecto.

Mata Atlântica: Nós tivemos o primeiro semestre sem reuniões do CONAMA e eu nesse período estava como suplente representante da ONG's da Região Sudeste. Fomos empossados no dia trinta de Junho e através de acertos com a Secretária-Executiva conseguimos uma reunião, que foi a única, diga-se de passagem, da câmara, no final do mês de Agosto e em Santa Catarina. Lá nós resolvemos alguns problemas sérios pendentes, um deles foi votado hoje, que foi exatamente o das diretrizes da Mata Atlântica, a respeito do desenvolvimento sustentável. Outro, e foi a nossa presença em Santa Catarina a causa desse, a participação nossa em Santa Catarina foi a causa desse problema que é exatamente a Resolução 750 que determina as regulamentações dos estados, então foi a regulamentação da restinga de Santa Catarina que posteriormente, ou seja, solicitaria a Presidência que voltasse a manifestar a respeito.

Fora isso, nós tivemos um trabalho estafante, diga-se de passagem, com relação a estas alterações. Com relação à resolução 240, que hoje culminou com a aprovação. Aliás, queremos agradecer o apoio e a confiança dados pelos senhores conselheiros e nós temos alguns aspectos ainda a levantar na Câmara.

Como os senhores sabem, eu precisei me afastar, me ausentar do CONAMA, aliás, meu médico foi fantástico porque ele me proibiu de trabalhar e de atender telefone, ele devia estar fazendo isso antes da minha aposentadoria, mas de qualquer maneira, nós temos alguns aspectos a serem comentados. Existe alguma denúncia em Minas Gerais a respeito de invasão de Mata Atlântica por intermedio de cafezais em locais não apropriados para esse tipo de plantação.

Além disso, eu recebi, recentemente também, uma denúncia em Minas Gerais, que uma empresa de mineração da África do Sul, empresa essa que recebeu licenciamento para a pesquisa e não para a lavra, e pelo que incorre, inclusive, em termos de ruídos, em termos de guarda armada no local, cercas e tudo mais. Parece já está havendo a lavra. Eu esperava ter presente aqui conosco a representação de Minas Gerais, que recebeu esses Informes e disse que está providenciando. Então, nós teríamos algum contato para vermos a que nível está essa discussão. Como não compareceram, nós iremos encaminhar novamente uma solicitação reiterando para posteriormente vermos qual é a nossa posição

E um aspecto muito interessante que nós devemos observar que, juntamente, talvez com a Câmara Técnica de Ecoturismo e parece que já foi feito o primeiro contato, inclusive na Câmara Técnica de Mata Atlântica e o Renato faz parte da Câmara Técnica de Ecoturismo na Presidência, vai nos facilitar este trabalho porque pertence as duas, é sobre *ralis* de jipes em determinadas regiões. Não que nos sejamos contra, eu quero que fique bem claro isso, mas sei lá, um processo para evitar que haja uma degradação nos locais onde haja passagem. Pelo contrário, eles tem condição exatamente de fazer o oposto, de auxiliarem na recuperação, então, com relação à Mata Atlântica, inicialmente é isto, e não houve maior desenvolvimento pela minha ausência, pelo meu licenciamento, aí involuntário. É só isso, por enquanto, e muito obrigado.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr. Paulo Finotti. Passarei a palavra para o Dr. Renato Cunha, presidente da Câmara Técnica de Ecoturismo, seguido do companheiro Sávio Mendonça, para fazer um relato da Câmara Técnica de Uso do Solo.

Conselheiro Renato Cunha (Presidente da Câmara técnica de Ecoturismo)

4446 Bom, boa noite.

4447 Bom, com referência à Câmara de Ecoturismo, a principal missão que ela está tendo,
4448 desde a criação, inclusive o quê motivou também a própria Câmara seria um trabalho para
4449 regulamentação da atividade, isso vem sendo discutido desde a criação, desde o ano passado e ao
4450 longo de 3 Reuniões que ocorreram esse ano, mas até agora não conseguiu se chegar a um
4451 denominador comum, ainda tem algumas dúvidas sobre o que efetivamente deve ser regulamentado,
4452 se deve existir uma certificação da atividade, como existe, por exemplo, nos hotéis com as estrelas,
4453 inclusive a própria EMBRATUR está mudando esse tipo de procedimento, a discussão tem se dado
4454 em torno de como que poderia ser regulamentado, vamos se dizer, quer dizer, os vários produtos ou
4455 as agências que tem pacotes em relação a esta questão.

4456 Ainda se discute, talvez, o próprio empreendimento que poderia ser objeto de alguma
4457 certificação ou empreendimentos que se dizem ecoturísticos, então tem dúvidas em relação a isso. A
4458 gente está pedindo inclusive contribuição de várias pessoas que trabalham no ramo, ou que são
4459 especialistas, que tem vivenciado um pouco esta questão de Ecoturismo, já com experiências
4460 concretas que tem acontecido, mas se nota realmente uma indisciplina muito grande na questão,
4461 muita gente diz que está fazendo Ecoturismo, mas que realmente não está, a partir inclusive de
4462 conceitos já estabelecidos na própria Política Nacional de Ecoturismo, que foi formulada no âmbito
4463 do Ministério do Meio Ambiente, já desde de 95 se não me engano, e que é um documento que está
4464 servindo de base para todo esse trabalho, então a gente está querendo ainda subsídios e não deu para
4465 chegar ao final desse ano com o produto acabado para ser apreciado pelo Plenário.

4466 Na própria Câmara ainda se discutiu algumas questões Ecoturísticas, ou turismo
4467 sustentáveis, vamos assim dizer, também a gente teve explicações sobre a proposta de política para a
4468 Amazônia, que o Ministério do Meio Ambiente está executando, é o Pró-Ecotur, denominado dentro
4469 do âmbito da Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente. Tivemos uma discussão
4470 sobre o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste, que é o PRODETUR, que vieram aqui
4471 pessoas tanto dos Governos da Bahia e do Ceará, que estão trabalhando mais ativamente neste
4472 PRODETUR, e como também o Banco do Nordeste, que é o responsável pela gestão do recurso que
4473 é avaliado em torno de 350, se não me engano milhões de dólares, financiados pelo BID, e que
4474 precisa ter uma avaliação ambiental significativa, que empreendimentos que estão sendo colocados
4475 pelo PRODETUR.

4476 São empreendimentos, algumas vezes, com altos impactos ambientais. Precisam de
4477 licenciamento ambiental, como até estradas, rodovias, sistemas de abastecimento da água, esgoto,
4478 aterro sanitário, todos projetos interessantes socialmente, diga-se de passagem, mas que geram
4479 determinados impactos não só os positivos, inerentes ao próprio benefício que vai trazer a sociedade,
4480 mas ao mesmo tempo podem trazer impactos negativos, como a gente está vendo hoje. Algumas
4481 estradas que foram feitas, alguns empreendimentos, mega empreendimentos feitos, sob a égide do
4482 desenvolvimento turístico do Nordeste.

4483 Então, essa discussão que ocorre muito lá no Nordeste como um todo, mais o da
4484 Bahia especificamente, mas no Nordeste inteiro está se passando essa discussão, e a gente trouxe
4485 aqui para ter mais discussões, inclusive sobre isso, chamando o Banco do Nordeste, tivemos até
4486 possibilidades de uma discussão com o próprio BID sobre esse Programa.

4487 Então, agora ultimamente, na última reunião da Câmara de Ecoturismo ocorreu uma
4488 sugestão de aumentar, talvez ampliar a própria missão da Câmara. Não ser só de Ecoturismo, mas ser
4489 de Turismo sustentável, ou seja, porque tem muito Turismo que é feito independente de ser chamado
4490 Eco, Ecoturístico, que causa impactos ambientais, turismo predatórios que estão acontecendo.

4491 Quer dizer, na Bahia a gente conhece mais o de Porto Seguro, que é um turismo de
4492 massa com aval ambiental que vai para as regiões mais naturais e tudo, mas que chega lá é um
4493 turismo que não tem nenhum controle de qualidade, do processo que acontece lá, tanto pelos vários
4494 empreendimentos que estão surgindo, como também pela própria massa de pessoas de chegam.

Agora, realmente, começa uma temporada que vai até depois do carnaval, e que o cuidado com o ambiente deixa a desejar.

Então, isso acontece também na Amazônia, acontece em outras cidades litorâneas do Brasil, outras áreas importantes aí, ambientalmente falando, e que precisa ter um cuidado, então não é só o Ecoturismo propriamente dito, e definido por esse documento do Ministério do Meio Ambiente, mas o turismo também que precisa ser mais sustentável, então a gente poderia discutir melhor um pouco essas questões nessa própria Câmara Técnica, prevendo alguma conceituação melhor, ou talvez alguma norma nesse sentido.

Bom sobre a Câmara Técnica de Ecoturismo, eu acho que tem um longo trabalho a ser feito. Eu acho que fazendo um, se o senhor me permite Dr. Deusdará, colocar um pouco na avaliação de outras Câmaras que eu faço parte, e que não se reuniram, que não vai ter ninguém para colocar nada aqui, porque justamente uma não tem nem presidente, outras tem presidente mas não se reuniram por uma deficiência até do CONAMA em estruturar um pouco, e a gente já se referiu logo na 1ª apresentação aqui sobre as questões dos recursos, da falta de orçamento próprio, que dificulta muitas vezes o funcionamento adequado de algumas questões, mas eu acho que algumas Câmaras também foram prejudicadas quanto a isso também.

Eu acho que as Câmaras de MERCOSUL, de gerenciamento pesqueiro que a gente faz parte, a própria educação ambiental, que só teve uma reunião a 2 dias atrás, sem *quórum*, porque não teve Conselheiro suficiente para viabilizar a própria reunião, ou seja, acho que a gente precisa, como a gente está propondo e acho que já está aceito pela própria Secretaria-Executiva, pelo próprio Ministro, como repensar o CONAMA, repensar um pouco esse funcionamento, repensar a gestão dessas Câmaras Técnicas, repensar no funcionamento global da coisa, eu acho que a gente tá precisando dar um salto de qualidade melhor nessas atividades fortalecendo bastante esse plenário, como merece, eu acho, como formulador de uma política ambiental para o país, e que muitas vezes acabam algumas coisas acontecendo por fora, como por exemplo, ultimamente a gente teve a notícia, quer dizer, num dia depois na Câmara do plenário se reunir em Maceió da emissão de uma medida provisória, aquela que depois veio regulamentar algum aspecto lá da lei de crimes ambientais, quando era um processo talvez que a gente entendia que poderia passar nesse plenário, quer dizer, questões ambientais que acontecem a nível de governo que muitas vezes não são trazidas a esse plenário.

Então, acho que a gente tá entrando aí num novo ano e acho que esse repensar o CONAMA realmente seria fundamental para gente fortalecer essa instância tão importante dentro da gestão ambiental brasileira, dentro do sistema nacional do meio ambiente. E como eu acho que todos fizeram, eu também desejo um feliz Natal e um feliz Ano Novo para todo mundo.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Eu passaria a palavra para o nosso companheiro da Secretaria de Formulação de Políticas e Normas Ambientais, Dr. Sávio Mendonça, que na qualidade de âncora da Câmara Técnica de uso de Solo, vai fazer o relato da última reunião, tendo em vista que uma das decisões da Câmara Técnica de uso do solo, apesar de ter quórum para tanto, foi a não eleição da presidência.

Sávio Mendonça (Coordenador Geral da Secretaria de Formulação Política e Normas Ambiental)

Bom, a reunião foi realizada no dia quatorze, quatorze de dezembro último. A pauta consistia, fundamentalmente, na eleição do presidente e do relator, mas tendo em vista que a maioria dos representantes ali eram, bom são sete componentes da câmara e só haviam quatro, e dos quatro, três eram de órgãos governamentais, e eles colocaram que em função do momento de mudanças políticas, provavelmente eles não devem permanecer, eles acharam melhor, até para evitar uma descontinuidade, que se deixasse essa eleição para uma etapa seguinte.

Daí surgiu a idéia, então, a proposta, de uma reunião na segunda quinzena de março, onde a pauta começaria com a eleição do presidente e do relator. Ainda assim eles pediram para que os temas que estavam a princípio propostos, para serem discutidos, dessem prosseguimento, e os temas eram informativo a respeito do estado da arte da política de combate de desertificação, a palestra com termo estratégico de ocupação territorial com vista na sustentabilidade, palestra de representante do INCRA para expor a estratégia daquele órgão relativos a questão ambiental nos assentamentos, e discussão a cerca da questão de licenciamento em assentamentos agrários, não só o aspecto do assentamento propriamente dito na ocupação territorial, mas do solo para fins agrícolas.

Bom, estiveram presentes nessa reunião a Dr.^a Marluzi do Socorro Santos, representante de Entidades Ambientalistas do Nordeste, Dr.^a Sandra Pereira Queiroz do governo do Paraná, Luís Novaes do Ministério da Agricultura, e mais a CEABA, representante da SAE.

Bom, foi feita então a palestra. Essa palestra a respeito de questão de ocupações territoriais ter dado um enfoque, fui eu particularmente que fiz essa exposição com enfoque muito em cima de permacultura, uma proposta de ocupação sustentável de desenvolvimento sustentável. Em seguida a representante do INCRA Vitória Regina Bezerra fez uma exposição, ela centrou basicamente num documento produzido pelo INCRA chamado: "AJUDA AMBIENTAL DO INCRA", e este documento está disponível na Secretaria do CONAMA para quem o desejar.

Iniciou-se então em seguida a discussão do tema de licenciamento e assentamentos, e em seguida foram propostos aspectos a serem considerados a partir da próxima reunião, temas que seriam, abrir no âmbito da Câmara Técnica um *forum* de discussão e coleta de subsídios para elaboração de Normas gerais de licenciamento ambiental para assentamento agrários. Seriam normas específicas para assentamentos, porque eles consideram o seguinte: na prática o que está acontecendo, não está sendo respeitado, os próprios representantes do INCRA tem colocado, a pressão social é muito grande, não há tempo de atender licenciamento, dentro dos meios convencionais em função de tempo.

A representante do Paraná colocou esse problema, que precisam ser discutidos mecanismos ágeis para licenciamento específico para questão de assentamentos, e os diversos impactos que tem os assentamentos, além dos que eu coloquei aqui, a questão da ocupação territorial, a questão de produção agrícola nos mesmos. Foi pedido então que também o envio de sugestões por partes dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, sugestões acerca desse tema, para que venham compor a pauta de discussão da próxima Reunião. Foi pedida uma sugestão de que nas próximas Reuniões de Câmaras Técnicas, elas sejam iniciadas à tarde, por questão de logística do pessoal que vem de fora, e que desta Reunião então participem representantes da CONTAG, do próprio INCRA, do IBAMA, representantes da área de licenciamento do IBAMA, e representantes da Câmara Técnica, membros da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e ficou então a proposta para a Segunda quinzena de março a próxima Reunião. Foram esses os temas discutidos nessa última Reunião.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr. Sávio Mendonça, por ter feito este relato.

Bem, do ponto de vista da pauta, eu não quero submetê-los a uma situação estafante, mas nós temos aqui, como pendência, a palestra sobre o estágio atual da reforma Administrativa do IBAMA. Foi pedido à Secretaria-Executiva que a palestra fosse feita amanhã às 14:30 hs., pelo Dr. Eduardo Martins. Eu entendo que isso vai ficar relativamente prejudicado se nós decidirmos concluir a Reunião hoje. Também ficaria pendente a questão do Informe sobre a Reforma Agrária, Assentamento e Meio Ambiente. Esse informe ficou de ser feito pelo Conselheiro representante do Ministério Extraordinário de Política Fundiárias. Ele já foi antecipadamente apresentado na Câmara técnica de uso do solo, como Dr. Sávio acabou de relatar, tendo sido deixada uma agenda ambiental, uma agenda Meio Ambiente e Reforma Agrária, que está passiva de distribuição. Mas acho que isso

deverá ficar prejudicado se nós optarmos por terminar a nossa 52ª Reunião hoje, e isso é possível de ser feito.

Eu pediria agora, de uma forma breve, um informe sobre a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais, já que o Dr. Vicente Gomes da Silva está aqui presente. Ele pode, rapidamente, dar uma notícia de como anda a questão da regulamentação de Leis de Crimes Ambientais.

Dr. Vicente Gomes da Silva (*Consultor Jurídico do Ministério do Ambiente*)

Senhores secretários, senhores Conselheiros, bem, nós encaminhamos esta proposta, como eu disse, na Reunião passada, já há algum tempo para o Gabinete Civil e ela encontra-se sob análise técnica e jurídica do Gabinete. Mas em função de ser uma proposta relativamente complexa porque é um Decreto com uma extensão considerável, já que alcança um universo grande de situações relativas a questões de infrações administrativas e ele é um Decreto que demanda um tempo maior em relação a outras matérias que lá são examinadas, então ele está sendo analisado.

Recentemente, eu conversando com o Dr. Gilmar Mendes que é o Consultor Jurídico da Presidência, inclusive com o Dr. Mauricio que é quem está efetivamente examinando, me disse que em função dessa complexidade ele fez a distribuição desse texto, dessa proposta a alguns setores dentro do próprio Gabinete Civil para que eles ajudem a ele, contribuam no sentido de dar realmente maior clareza e maior, digamos, transparência naquilo que efetivamente venha a ser decidido. Eu acredito que em função desse quadro que nós estamos vendo aí nos últimos dias de votação no Congresso, enfim, de reforma de previdência, e todas essas outras matérias que lá estão, tem contribuído para um pequeno atraso, mas acredito que agora depois desse cenário mais claro das votações que tinham no Congresso essa matéria deva receber uma tramitação mais rápida.

Não vou precisar data porque essa data depende efetivamente do Gabinete Civil, mas acredito que agora a gente consiga tirar esse Decreto de lá com a maior brevidade possível, e precisamos fazê-lo mesmo porque sem ele, efetivamente, continuamos sem um instrumento que dê garantia, enfim, aquilo que nós precisamos para a questão da gestão e sobretudo no exercício do poder de polícia dos Órgãos Ambientais, eu acredito que se isso não acontecer até o final desse ano, provavelmente bem no comecinho do ano que vem esta proposta deve estar pronta, enfim para que a gente possa vê-la no Diário Oficial. Então, seria isso que eu tenho a informar.

Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)

Muito obrigado, Dr. Vicente Gomes, pelo informe. Só um informe rápido: para quem quiser, a cópia do relatório da Câmara Técnica de Uso do Solo encontra-se na mesa de documentos na saída do Plenário.

Então, teremos agora a possibilidade do informe do Diretor do IBAMA a respeito da questão da restinga. Eu tomei a liberdade de dispensar o Diretor deste informe, na medida em que o Dr. Paulo Finotti teria uma consideração a fazer que, eu acho, será acatada pelo Plenário. Caso contrário, o IBAMA está a disposição.

Dr. Paulo Finotti, Presidente da Câmara Técnica de Mata Atlântica.

Paulo Finotti (*representante suplente das Entidades Cíveis da Região Sudeste*)

Eu serei breve, como tenho sido. Nós somos, através do Decreto 750, todos os Estados, não só o CONAMA, todos os estados do país devem fazer a regulamentação e fazer todo o trabalho em cima da restinga. São Paulo já o fez, entrou como Resolução CONAMA, foi aprovado. Santa Catarina o fez nos moldes, inclusive, do estado de São Paulo, e na Reunião da Câmara Técnica de Assuntos da Mata Atlântica, de agosto próximo passado, o IBAMA apresentou o Projeto de Resolução, foi aprovado e foi encaminhado para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. A Câmara

técnica de Assuntos Jurídicos, percebendo que o assunto é de âmbito nacional, houve por bem estabelecer que fosse elaborada uma norma de abrangência nacional sobre o tema, eu acredito válida.

Só que, por uma questão até de isonomia, porque nós fizemos uma aprovação quase que semelhante, como a proposta de Resolução de Santa Catarina já está pronta, foi analisada, foi aprovada, e está causando, pela sua ausência de aprovação aqui em Plenário, dificuldades muito grandes ao Estado, inclusive eu venho recebendo fax de várias Entidades do Estado solicitando informações a respeito desta aprovação, por outro lado nós também não temos este trabalho em pauta, eu sugiro que a mesa Diretora do CONAMA a coloque em pauta, apenas a de Santa Catarina, para uma próxima Reunião Extraordinária ou Ordinária, a primeira que houver, para que seja analisada e provavelmente aprovada, porque já passou por todos os trâmites. Os demais Estados cujo o IBAMA ainda não preparou este material, ficarão exatamente no processo de abrangência nacional, esta é a proposta nossa com relação a este assunto.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado, Dr. Paulo Finotti.

A mesa irá acatar a sugestão do Dr. Paulo Finotti, na medida em que nós aprovamos uma proposta de Resolução especificamente para o Estado de São Paulo. Na próxima Reunião a gente vai trazer essa matéria e esperamos que o IBAMA já possa trazer também a tal Norma Geral solicitada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

Bom, conforme a pauta que o senhores receberam no início da nossa Reunião, ficariam pendentes, apenas, o informe sobre os Projetos de Reforma agrária, Assentamento e Meio Ambiente e o informe sobre a Reforma administrativa do IBAMA, já que o Informe previsto sobre álcool anidro e MTBE foi cancelado pelo próprio palestrante, que tinha um compromisso inadiável.

Então, eu perguntaria se os senhores ficariam satisfeitos em delegar à Secretaria-Executiva a tarefa de solicitar ao IBAMA e ao INCRA algo por escrito a respeito desses dois temas. Nós encaminharíamos via *e-mail* e colocaríamos à disposição dos senhores também via *home page* do CONAMA para suprir a ausência desse colega. Caso contrário, há previsão da continuidade da Reunião para o dia de amanhã, e nós poderíamos tentar fazer com que esses dois palestrantes aparecessem amanhã.

Então, eu entendo que caberia à Secretaria-Executiva providenciar um extrato, um relato sobre esses dois temas e encaminhar na maior brevidade possível a todos os Conselheiros, além de disponibilizá-los na *home page* do CONAMA.

Eu tenho me utilizado do fiel Conselheiro da Câmara técnica de Assuntos Jurídicos, Dr. Soller, para dar alguns esclarecimentos sobre a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, dos trabalhos que a Câmara Técnica vem fazendo. Houve um erro de procedimento da nossa parte, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos analisou alguns processos que não necessariamente dependem de Resolução, mas que foram submetidos à Secretaria-Executiva do CONAMA para manifestação.

Então, eu pediria, eu sei que é um sacrifício para o nosso Conselheiro, que fizesse um relato, na qualidade de membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, desses processos que foram submetidos à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para receber um parecer em caráter terminativo.

Para encerrar a pauta, passaríamos para a palavra livre.
Muito obrigado, Dr. Soller.

Conselheiro Antônio Carlos Soller (representante das Entidades Cíveis da Região Sul)

Não é nenhum sacrifício, senhor Presidente. É um prazer fazer esses relatos e vou ser extremamente rápido.

Com relação à proposta relativa ao licenciamento de projetos de assentamentos rurais em áreas com mais de 200 ha., a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos analisou a matéria, fez algumas sugestões, e encaminhou novamente para a Câmara Técnica de Uso do Solo para que ela então estude com mais tempo essas propostas levantadas na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

Agora, tem um Processo que teve um Parecer definitivo. Tem outro, também, que não teve um Parecer definitivo, que é um Processo do Conselheiro Carnaúba, sobre a regulamentação do Art. 32, da nova Lei de Crimes e Infrações Administrativas de Ordem Ambiental que também foi remetido à Câmara Técnica Fauna, para manifestação.

Agora tem um parecer definitivo que é sobre, o interessado é o IBAMA, que é referente a um pedido de uma Usina Hidrelétrica de Minas Gerais, denominada Guilmann Amorim S/A, que tem por interesse a transformação de uma área de sua propriedade em RPPN, tendo em vistas o cumprimento da Resolução 296 do CONAMA que estabelece a obrigatoriedade de medidas compensatórias para atividades de desmatamentos e de danos ambientais. Esse pedido dessa Usina ao IBAMA foi indeferido tanto pelo setor de unidades de conservação, como pelo setor jurídico do IBAMA, em razão de que essa unidade de conservação, além de ter grande parte ou a quase totalidade de sua parte formada por monocultura de eucalipto, e de certa forma isso contraria o decreto que institui as RPPN's, e também por ser uma RPPN, ou seja, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, uma vez que a Resolução 296 do CONAMA exige que as medidas compensatórias sejam aplicadas na implantação de novas unidades de conservação públicas, ou em unidades de conservação públicas já existentes.

Então, como se trata de uma RPPN, na verdade a resolução 296 do CONAMA acaba por não ser obedecida e cumprida como está estabelecido. Então, diante desses fatos, diante desses pareceres do IBAMA, a Câmara Técnica decidiu pelo indeferimento do pedido desta Usina Hidrelétrica, sugerindo que junto com o IBAMA fossem buscadas alternativas para a compensação dos danos ambientais provocados pela sua construção. Esse é o Parecer, senhor Presidente.

Secretário Raimundo Deusdará (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito obrigado. Não havendo nenhuma manifestação, eu novamente quero deixar registrada a colaboração do Dr. Antônio Carlos Porciúncula Soller no informe dos Pareceres do Processo.

Então, chegamos na parte da Reunião em que a palavra fica franqueada à palavra livre. Inscritos o Dr. Marcos Carnaúba, representante do governo do Estado do Alagoas; o Dr. Paulo Finotti, representante das Entidades Ambientistas da Região Sudeste; Dr. Soller, representante das Entidades Ambientistas da Região Sul e Dr. Renato Cunha, representante das Entidades Ambientistas da Região Nordeste.

Na ordem, Dr. Marcos Carnaúba.

Conselheiro Marcos Carnaúba (representante do Governo do Estado de Alagoas)

Senhor Secretário eu queria que ficasse registrado em Ata que em nenhuma hora o Major aviador Roney Mendes, ele falou sobre o fechamento do aeroporto Campo dos Palmares, como foi dito pelo Dr. Werner. Quem levantou essa hipótese foi a Dr.^a Gláucia Savin, na Reunião da Câmara Jurídica, e na hora eu não pude me pronunciar sobre isso.

Olha, eu quero dizer aos senhores o seguinte: eu sou funcionário público, fui convidado pelo meu Governo para comandar o estudo do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, e como tal permaneci Conselheiro do CONAMA até o dia 31 de dezembro. Quero destacar a atuação do Dr. Raimundo e de toda a sua equipe pela paciência, pela competência de ouvir toda essa xaropada que a gente diz aqui, porque olhe, é preciso tomar calmante, e por isso eu levei aquele copo d'água para ele tomar. Não estou me referindo especificamente à Reunião de hoje, mas algumas que a gente fica naquele *tarará* eterno.

Quero dizer que foi gratificante para mim, como cidadão. Conviver com vocês todos dignificou o meu Estado. Na participação efetiva deste Conselho, tentei elevar a imagem do meu Estado, de todas as formas, com participação ativa, apresentando Propostas polêmicas que rolam ainda, até hoje ainda vão rolar. E eu agradeceria, inclusive, ao Secretário que mantivesse informado sobre cerca de 14 a 17 Propostas apresentadas pelo Conselheiro Marcos Carnaúba.

Quero dizer que o Estado de Alagoas estava desmoralizado e a atual equipe tentou só erguê-lo e foi novamente derrubada por um brutal assassinato ontem, de uma Deputada Federal e seus familiares, o que muito me contrariou e me amargurou.

E quero desejar a vocês todos Feliz Natal, um Ano Novo de muita paz, saúde, tranquilidade, que eu tenho certeza, a nós todos Deus dará.

Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)

Muito obrigado. Dr. Carnaúba fez uma recepção tão boa no Estado de Alagoas que nunca mais apareceu nenhuma vítima oferecendo para sediar Reunião Extraordinária do CONAMA. A qualidade da recepção foi tão alta que ninguém quer, efetivamente, correr o risco.

Muito obrigado, Dr. Carnaúba, pelas suas palavras, e o senhor vai estar sempre no coração deste Conselho, com certeza.

Aliás, o CONAMA nunca mais será o mesmo depois da nossa participação em Alagoas, não é Carnaúba ?

Dr. Paulo Finotti, seguido do Conselheiro Soller e Dr. Renato Cunha.

Conselheiro Paulo Finotti (*representante suplente das Entidades Cíveis da Região Sudeste*)

Bem senhores, depois dessa locução do nosso companheiro e amigo Carnaúba, é meio complicado o que vai acontecer aqui. Tem uma fase amarga e uma fase boa, e eu me sinto constrangido, mas vou ser rápido mais uma vez. Eu também não estou acostumado a ler as coisas que eu faço, mas se trata de um assunto muito delicado. Eu tomei a liberdade de escrevê-lo e fornecerei, inclusive para evitar problemas, uma cópia à mesa

Senhoras e senhores, membros da mesa, senhores Conselheiros, convidados, ao receber a constrangedora notícia do fechamento das portas de acesso do Ministério do Meio Ambiente, por ecologistas liderados pela ONG *Green Peace* em protesto contra o corte de verbas que atingiu aquela pasta face a crise econômica que assola o País e o Governo Federal, não podemos nos calar.

São inúmeras as sugestões para a redução de gastos públicos apresentados por pessoas de bem e organizações de diversos setores da sociedade, principalmente aquelas do 3º setor. Porém, nunca aceitas por ferirem interesses outros do que os legítimos e patrióticos da recuperação da economia do Real e do País. No entanto, situações simplistas, e porque não dizer, estultas são elaboradas no interior de gabinetes existentes em uma ilha da fantasia que não é o Brasil, e principalmente, são criminosamente postas em prática.

Tais medidas sempre são formais e indeferenciadas, cortes percentuais de verbas como os que ocorrem hoje no Ministério do Meio Ambiente atingem atividades fim e levam à estagnação, levam à paralisação, levam ao círculo vicioso das ausências, caso os todos poderosos economistas houvessem por bem compatibilizar gastos com a receita disponível, classificando e congelando gradualmente as despesas consideradas adiáveis, repito, classificando e congelando gradualmente as despesas consideradas adiáveis, definindo a seguir procedimentos para uma rigorosa fiscalização da execução orçamentária, o que poderia ser feito através de sistemas que examinassem *à priori* as fases de autorização e empenho de despesas, o mérito e o aspecto legal dos pedidos de liberação de verbas, o caos e o vexame de um Ministério de portas fechadas não ocorreria.

Já vimos este modelo funcionar, e bem, no Estado de São Paulo. Portanto, não estamos empregando a filosofia do *achismo*. Infelizmente, tal comportamento poderá ferir interesses impúblicáveis, razão pela qual não foi empregado na União.

Finalizando, é bom sempre lembrar que, ao menos etimologicamente, a ecologia precede em grandeza e autoridade à economia, esperamos que algum dia, em nome da conservação da vida na Terra, também na prática ela preceda à economia. Muito obrigado.

Secretário Raimundo Deusdará (*Secretário Executivo do CONAMA*)

Muito obrigado, Dr. Paulo Finotti. Como é de praxe, constará da Ata da 52ª Reunião Ordinária, o texto da lavra do Dr. Paulo Finotti, representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste.

Passarei a palavra para o Dr. Soller, Antônio Carlos Porciúncula Soller, representante das Entidades Ambientalistas da Região Sul.

Conselheiro Antônio Carlos Soller (*representante das Entidades Ambientalistas da Região Sul*)

Rapidamente, então, gostaria de dar um Informe ao Plenário. Acho que me sinto na obrigação de dar um Informe ao Plenário sobre a questão do Bahamas no Rio Grande do Sul. O caso ainda não foi resolvido por completo. Atualmente, existe um navio requisitado pela Justiça Federal que está fazendo transbordo da carga e levando ela para alto mar, uma vez que hoje o problema não é ácido e sim os metais pesados que existem dentro dos tanques, compartimentos do Bahamas, e está fazendo justamente o pedido que a gente tinha mencionado na última Reunião do CONAMA e tinha discutido esse pedido com o representante da FEPAM.

Infelizmente, a FEPAN não se fez presente hoje nessa Reunião e tivemos um quase outro *Bahamas*, algumas semanas atrás, que foi um outro navio que chegou ao Porto de Rio Grande trazendo ácido sulfúrico, que também estava com uma série de problemas de operação e de segurança, mas que não chegou a resultar, não chegou a ser um novo *Bahamas*, por uma questão de sorte, se é que a gente pode dizer que sorte, azar, existem nesses casos.

Quero, também, parabenizar o Governo da Bahia pelo trabalho que está fazendo com o co-processamento e só infirmar que na verdade aquela proposta de regulamentação no Rio Grande do Sul feita pela FEPAM não foi aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente. Foi que se criou uma Câmara técnica na última Reunião do Conselho, na penúltima reunião do Conselho, para estudar uma Proposta de Resolução. Em que pese que a Proposta seja muito bem trabalhada, de uma grande qualidade técnica, não foi aprovada pelo Conselho. A tendência é que, agora, com a criação da Câmara Técnica, essa proposta do co-processamento seja aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, regulamentando a atividade no Rio grande do Sul.

Quero registrar, também, a nossa ausência na Reunião da Câmara Técnica de Uso do Solo, porque houve um problema de informação. O nosso Conselheiro estava aqui em Brasília, só que ele chegou para a Reunião à tarde, às 14:00hs., quando a Reunião foi às 9:00hs. da manhã. Então, por esse motivo nós não estivemos presentes na Reunião da Câmara Técnica de Uso do Solo.

Queremos senhor Presidente, senhores Conselheiros, desejar para o próximo ano um CONAMA mais aperfeiçoado, com melhores condições de trabalho, mais otimizado, que a gente consiga realmente ter esses recursos aprovados hoje, que teve em forma de Moção no orçamento para que os Conselheiros possam realmente, ou de uma forma mais tranqüila e eficiente, desenvolver suas atividades para o devido cumprimento da Legislação Ambiental e, mais que isso, para que a gente possa realmente ter nesse próximo ano menos degradação ambiental, mais qualidade de vida para todos, políticas ambientais efetivamente sustentáveis, e ecologicamente sustentáveis, não só para o Brasil mas para o Planeta como um todo. Isso que eu acho que a gente deve desejar e perseguir nesse próximo ano, sob pena da gente não ter, nos anos seguintes, condições mais de fazê-los. Muito obrigado.

4846
4847 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

4848
4849 Obrigado, Dr. Soller. Encerrando as inscrições, caso não haja mais nenhuma
4850 manifestação, o Dr. Renato Cunha, Presidente da Câmara Técnica de Ecoturismo, participante de seis
4851 Câmaras Técnicas Permanentes e Temporárias, em seu segundo mandato como Conselheiro das
4852 Entidades Ambientais da Região Nordeste.

4853
4854 **Conselheiro Renato Cunha** (*Presidente da Câmara Técnica de Ecoturismo*)

4855
4856 Não, eu queria, bom, em primeiro lugar senhor Presidente, informar, não sei se essa
4857 Reunião com o Presidente do IBAMA amanhã para falar de Reforma Administrativa, não sei se está
4858 cancelada lá, porque não é só para esse Plenário do CONAMA é para algumas ONGs aqui de
4859 Brasília. Eu acho que a reunião não foi desmarcada

4860
4861 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

4862
4863 Sim, você tem razão. Para quem tiver interesse em fazer contato com a Secretária
4864 Executiva do CONAMA, a gente pode dizer onde vai ser a reunião. Certamente será aqui, porque
4865 para cá é que ele virá, entendeu, mas não será uma reunião dentro da Reunião Ordinária do
4866 CONAMA.

4867
4868 **Conselheiro Renato Cunha** (*Presidente da Câmara Técnica de Ecoturismo*)

4869
4870 Mas vai existir a reunião, porque ela está convocada com outras pessoas que foram
4871 chamadas.

4872 Outra questão que eu queria colocar, inclusive estava na pauta aí, mas por questões,
4873 quer dizer, que já não valem mais a pena uma proposta de Resolução sobre aquela questão dos
4874 termos de acordo de compromisso que foram decorridos daquela Medida Provisória 1710, e tinha
4875 uma Proposta do Governo de São Paulo de tentar regulamentar o termo de acordo/compromisso
4876 através de um Resolução do CONAMA, mas como a vigência da Medida Provisória é até o final
4877 deste ano, então acho que ela não mais será interessante

4878 Mas o que seria interessante para a gente é saber como é que foi aplicada essa Medida
4879 Provisória nos estados e nos Órgãos Ambientais e a nossa sugestão é, então, que o CONAMA, que a
380 Secretaria-Executiva do CONAMA, solicite a todos os Órgãos Ambientais brasileiros de todos os
4881 estados, uma listagem desses termos de acordo/compromisso assinados com os empreendedores, para
4882 que a gente tome conhecimento do que foi efetivamente feito a partir do estabelecimento dessa
4883 Medida Provisória. Eu até fiz esse pedido aqui, de informação por escrito. Até posso encaminhar,
4884 então acho que é isso que a gente precisaria saber, quer dizer, a aplicação desse processo infelizmente
4885 não passou por aqui, mas efetivamente aconteceu, e seria interessante a gente saber como é que está
4886 sendo tratado efetivamente nos Órgãos Ambientais, para a gente até dar publicidade a isso nos
4887 estados e tudo, porque eu mesmo na Bahia não conheço se o CRA, o Órgão Ambiental, fez algum
4888 termo de acordo sobre a tutela assim dessa Medida Provisória.

4889
4890 **Secretário Raimundo Deusdará** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

4891
4892 Acatado o Pedido de Informações. Não havendo mais nenhuma inscrição, antes de
4893 encerrar a sessão eu gostaria de fazer breves considerações. Eu não tenho nenhum discurso de
4894 despedida preparado, até porque nós não estamos nos despedindo. Sou funcionário da casa, do
4895 IBAMA, estou envolvido na área ambiental há uma década e meia e de qualquer forma, e assim
4896 continuarei.

Vale ressaltar, como costuma dizer o Ministro Gustavo Krause: "nós temos uma tendência muito grande a valorizar os dissensos e não valorizar os consensos", quer dizer, nós estamos, de certa forma, sempre falando: o CONAMA está se esvaziando, e que precisa ser aperfeiçoado, porém, esquecemos um pouco da referência inicial de como as coisas estavam quando chegamos e como estão hoje.

Por exemplo: os grupos de trabalho, que foram efetivamente combatidos no início porque os Conselheiros tinham uma preocupação de que os grupos de trabalho iriam tirar o poder do plenário, hoje tem-se uma noção clara da importância desses grupos de trabalho, do envolvimento que esses grupos de trabalho conseguem alavancar e catalisar, e da forma extremamente mais confortável e madura que o plenário, recebe um determinado assunto para ser julgado.

Quanto a questão dos âncoras, nós tentamos, de certa forma, fazer com que cada membro da Secretaria se envolvesse mais com a Secretaria do CONAMA, e isso talvez seja uma coisa que não seja facilmente percebida. Hoje, a Secretaria-Executiva do CONAMA é a Secretária de Formação de Políticas e Normas Ambientais do Ministério do Meio Ambiente. Antes, era o inverso: a Secretaria-Executiva era o IBAMA. Atualmente, a Secretaria-Executiva do CONAMA coincide com o cargo de Secretário de Formulação de Políticas e Normas Ambientais, que consolida o processo de formulação de políticas, na medida em que a arena política que homologa as normas está diretamente ligada à Secretaria, que tem obrigação de cuidar de formular e avaliar as políticas ambientais.

Então, eu acho que algumas coisas, durante esse período, nós conseguimos. Acho que a própria Resolução de hoje, aprovando as Diretrizes para uma conservação e uso sustentável da Mata Atlântica é um passo extremamente importante. Nós tivemos a Resolução 237, que trata da repartição das competências sobre o licenciamento, além de um série de outras Resoluções que, com todas as dificuldades, nós conseguimos, de uma certa forma, fazer parte da história do CONAMA, na medida que a gente enfrentou alguns problemas complexos e conseguimos achar soluções maduras e consistentes para esses problemas.

Eu queria, não há como ser diferente, parabenizar a todos os Presidentes de Câmaras que fizeram reuniões durante todo este ano, especialmente, a Câmara Técnica de Controle Ambiental, que foi uma Câmara Técnica que realmente trabalhou bastante, que conseguiu criar uma série de grupos de trabalho, trazer uma série de pleitos. Até porque, por conta da própria configuração das Câmaras Técnicas, a maioria dos assuntos que são trazidos aqui acabam de uma forma direta ou indireta tendo que passar pela Câmara Técnica de Controle Ambiental.

Porém, é extremamente importante registrar a participação, que tem sido muito ativa, do Ministério da Aeronáutica, do Governo do Estado da Bahia, do Ministério da Indústria e do Comércio, para citar como exemplos.

Não poderia, também, de deixar de registrar algumas perdas, como a nossa companheira Aida Castanheira, que teve que, efetivamente, sair do CONAMA, para uma oportunidade de evolução profissional, e da Dr. Cristine Branco, que foi a nossa consultora nos primeiros momentos de formação da Secretaria, nos momentos mais difíceis, e que assumiu a Coordenadoria-Executiva do CONAMA, se dedicando, de uma forma que eu acho incontestável, em tentar trazer o máximo de qualidade profissional ao CONAMA.

Então, assim como eu elegi a Câmara Técnica de Controle Ambiental para ser homenageada por todos os Conselheiros, como a Câmara Técnica que realmente trouxe uma série de valiosas colaborações a este Conselho, eu gostaria de eleger, também, a Dr.^a Cristine Branco e Aida Castanheira, como funcionárias do ano, pois tentaram, da melhor forma possível, ajudar o CONAMA.

Que Deus abençoe a todos e que a gente tenha um bom natal e início de ano. Muito obrigado.

Está encerrada a sessão da 52ª reunião Ordinária do CONAMA.